



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde



MARIA APARECIDA MARTINS DOS SANTOS

**VENENO E TRABALHO NA ROÇA: a intensificação da
jornada de trabalho e o uso de venenos na produção de
pepinos no Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio/SP)**



Presidente Prudente, dezembro de 2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde



MARIA APARECIDA MARTINS DOS SANTOS

**VENENO E TRABALHO NA ROÇA: a intensificação da
jornada de trabalho e o uso de venenos na produção de
pepinos no Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio/SP)**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharela em Geografia.

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Presidente Prudente, dezembro de 2018

Dedicatória

Dedico este trabalho a família camponesa e a Associação das Produtoras Rurais do Assentamento São Paulo.

Agradecimentos

Costumo pensar que a nossa vida é um Jardim, quem me conhece sabe que amo flores. Todo Jardim possui flores de diversas espécies, cores, essências e todas elas transcendem beleza e alegria.

E minha vida é assim! Um Jardim cheio de flores de todos os tipos que possuem um papel importante em minha vida.

Vou agradecer neste trabalho a todos que sempre me ajudaram a (flor)e(ser).

Agradeço a Deus e a Mãezinha do Céu por serem minha base espiritual.

Agradeço a minha Mãe, a flor que mais se destaca em minha vida, meu primeiro e maior amor. As minhas irmãs; Mariana e Marina minhas maiores riquezas, meus botões de Rosa. Agradeço minha família, especialmente minha Tia Luzia, meu Girassol.

Ao meu orientador Cacá (Carlos Alberto Feliciano), por ser uma das minhas maiores inspirações, gratidão em ter conhecido. Agradeço a uma das mulheres mais maravilhosas e inspiradoras que conheci; Ana Terra! Esse nome estará sempre em meu coração. Ao Luciano por compartilhar experiências de pesquisa, pessoa que admiro muito.

As minhas amigas de longa data: Thalita Lima e Ester Tonholi, mesmo distantes nossa amizade é muito importante. Ao Diego, meu amor que posso contar sempre!

Aos meus amigos que de uma forma ou de outra estiveram presentes acompanhando minha pesquisa e compartilhando momentos inesquecíveis: Wilson Li, Daniel Cantarutti, Ian Damaceno, Lucas Silva, Gustavo Negrão, Karine Espindola, Jessica Cardoso, Patrícia Nascimento, Alceu Junior, Mateus Vantuir, Maria Ruth (as Maria's), Gabriel Ferreira, Gazinho Pereira e Gi Benvenuto. Sou grata pela amizade e ajuda de vocês.

Agradeço a: Hellen Mesquita, Bibiana Rezende, Cassia Piva, Franciele Valadão, Lenira André, Larissa Moreno e Liz Julca pela luta e resistência.

Agradeço a todos os companheiros da Rede CEGeT: Professor Thomaz, Guilherme Marini pelas primeiras orientações e leitura dos meus textos, ao Sidney Todescato, ao Robin pelas ilustres ideias para a pesquisa, a Rosana e todos os demais pelo apoio nos anos de pesquisa.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Geografia pela formação. Agradeço aos professores da Escola Estadual Clotilde Veiga de Barros por todo apoio durante o vestibular, em especial: Ana Maria Rodrigues, Rita Cassia Valério, Vânia Cremonezi e Ozana Santos. Agradecimento aos amigos da família: Carlos Biroca, Silvia Teixeira e Nanci Kobori por todo apoio que foi necessário. A professora Fernanda Ikuta uma doçura de pessoa a qual tive a oportunidade de conhecer na Jornada de 2018, tive bastante inspiração para escrever o trabalho.

E por fim e não menos importante agradeço as pessoas nas quais quero para sempre florescendo junto comigo: Diógenes Rabello, Lucas de Brito, Sinthia Silvestre, Daiara Mendes, Jeferson Cardoso e Tiago Milani. É uma gratidão imensa ter vocês em minha vida.

Agradeço a Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPESP) pelo financiamento com a bolsa de Treinamento Técnico (TT1 - Processo Fapesp: 2018/00095-5).

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

*E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar*

(Francisco, El Hombre: “Triste, Louca ou Má”)

MARTINS, M. A. S. **VENENO E TRABALHO NA ROÇA: a intensificação da jornada de trabalho e o uso de venenos na produção de pepinos no Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio/SP)**. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, dez./2018.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a subordinação de campesinato no Pontal do Paranapanema a partir da produção integrada de pepinos para conserva. Estamos partindo do pressuposto de que o campo é um território em disputa, tendo, de um lado, o capital que avança cada vez mais com suas formas de concentração de terras, exploração de mão-de-obra camponesa e degradação ambiental. De outro, temos o campesinato criando uma força cada vez mais crescente de resistência, organizados no âmbito dos movimentos sociais. Mediante a esse conflito, o Estado tem tido um papel fundamental na sua opção por uma agricultura caracterizada pela monocultura e produção de *commodity*, restando aos camponeses se apropriarem de estratégias de resistências que os subordinam ao capital. A falta de políticas pública é a fator fundamental que levou as famílias camponesas do Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio, São Paulo) a se envolverem na produção de pepinos. Devido às estratégias de subordinação da empresa *Refricon* as famílias camponesas integradas ao pacote destrutivo estão expostas a um trabalho extenuante e degradante com riscos de contaminação e intoxicação pelo uso excessivo de agrotóxicos, além de que a subordinação fortalece a desigualdade de gênero invisibilizando o trabalho da mulher. A empresa pivô na região do Pontal Paranapanema está localizada em Bataguassu – MS e está desde 2015 controlando o modelo de produção, o tempo e o trabalho dos integrados ao seu pacote tecnológico. Dessa forma, é sob o contexto dessa dinâmica de subordinação que construímos este trabalho a fim de tecer resultados que demonstrem nosso objetivo de estudo.

Palavras – chaves: Subordinação do campesinato. Agrotóxicos. Mulheres camponesas. Trabalho. Pontal do Paranapanema.

MARTINS, M. A. S. **VENENO E TRABALHO NA ROÇA: a intensificação da jornada de trabalho e o uso de venenos na produção de pepinos no Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio/SP)**. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, dez./2018.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo discutir la subordinación del campesinado en la región del Pontal do Paranapanema a partir de la producción integrada de pepinos para conservas. Estamos partiendo del supuesto que el campo es un territorio en disputa, teniendo, por un lado, el capital que avanza cada vez más con sus formas de concentración de tierras, explotación de mano de obra campesina y degradación ambiental. De otro, tenemos el campesinado creando una fuerza cada vez más creciente de resistencia, organizados en el ámbito de los movimientos sociales. A través de ese conflicto, el Estado ha tenido un papel fundamental en su opción por una agricultura caracterizada por el monocultivo y producción de *commodity*, restando a los campesinos apropiarse de estrategias de resistencias que los subordinan al capital. La falta de políticas públicas es el factor fundamental que llevó a las familias campesinas del Asentamiento São Paulo (Presidente Epitácio, São Paulo) a involucrarse en la producción de pepinos. Debido a las estrategias de subordinación de la empresa Refricon las familias campesinas integradas al paquete destructivo están expuestas a un trabajo extenuante y degradante con riesgos de contaminación e intoxicación por el uso excesivo de agrotóxicos, además de que la subordinación fortalece la desigualdad de género invisibilizando el trabajo de la mujer. La empresa pivote en la región del Pontal Paranapanema está ubicada en Bataguasu - MS y está desde 2015 controlando el modelo de producción, el tiempo y el trabajo de los integrados a su paquete tecnológico. De esta forma, es bajo el contexto de esa dinámica de subordinación que construimos este trabajo a fin de tejer resultados que demuestren nuestro objetivo de estudio.

Palabras claves: Subordinación del campesinado. Pesticidas. Mujeres campesinas. Trabajo. Pontal do Paranapanema.

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Número de famílias assentadas produzindo pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema (2015-2018)	20
-----------------	---	-----------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Representação do lote da família	32
Figura 2	Fotografia da residência da Família 1	33
Figura 3	Fotografia da residência da Família 2	33
Figura 4	Preparo do solo e infraestrutura para plantio dos pepinos	45
Figura 5	Preparo da infraestrutura: amarração dos fitilhos	46
Figura 6	Primeira fase do crescimento das plantas de pepino	47
Figura 7	Pepinos colhidos e sendo carregados para armazenamento	48
Figura 8	Mulheres associadas na UPRASP	53
Figura 9	Alguns dos agrotóxicos e equipamentos que são utilizados para a produção de pepinos	78
Figura 10	Calendário da imposição de trabalho para a produção de pepinos	57
Figura 11	Relógio da jornada de trabalho da mulher	61
Figura 12	Relógio da jornada de trabalho do homem	62
Figura 13	Relógio da jornada de trabalho do jovem	63

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização dos assentamentos rurais onde houve famílias envolvidas com o pepino (2015-2018)	22
Mapa 2	Localização da área de estudo	29
Mapa 3	Mapa 3: Famílias do Assentamento São Paulo integradas na produção de pepinos	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Gastos por safra – Família A	55
Quadro 2	Doenças por exposição aos agrotóxicos	71
Quadro 3	Agrotóxicos utilizados durante os 90 dias de safra	74
Quadro 4	Calendário de aplicação dos agrotóxicos durante os 90 dias de safra do pepino	77

LISTA DE SIGLAS

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEASA	Central de Abastecimento
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EPI	Equipamento de Proteção Individual
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MMA	Movimento de Mulheres Agriculturas
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMAQUESP	Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
SAF	Sistemas Agroflorestais
UPRASP	União das Produtoras Rurais do Assentamento São Paulo

Sumário

Introdução	11
Procedimentos metodológicos.....	14
 Capítulo 01: Integração destrutiva aos pepinos.....	 16
1.1 A produção de pepinos no Pontal do Paranapanema.....	16
1.2 Qual motivo da integração ao pepino?	23
1.3 Assentamento São Paulo: Formação territorial e integração pela produção de pepinos	25
1.4 A composição da família acompanhada	29
 Capítulo 02: A jornada de trabalho: o controle do tempo, trabalho e produção da família.....	 34
2.1 Trabalho enquanto categoria	34
2.2 O trabalho na produção de pepinos.....	40
2.3. O trabalho das mulheres no campo dos pepinos: A (in) visibilidade das relações de trabalho da mulher que vive no assentamento.....	49
2.4 O trabalho da família na integração destrutiva.....	54
 Capítulo 03: Veneno e Saúde	 64
3.1 Agrotóxicos e a produção de alimentos	64
3.2 Riscos à saúde	68
3.3 Uso de agrotóxicos e os riscos à saúde na produção de pepinos.....	72
3.4 Uso de agrotóxicos e saúde na rotina da família.....	75
 Considerações finais	 81
Referências bibliográficas.....	84

Introdução

Esta monografia surge com o objetivo de identificar as relações de trabalho na produção de pepinos integrada, impostas pela empresa *Refricon Mercantil*, baseada no uso de agrotóxicos durante a rotina de trabalho das famílias expondo-as a riscos eminentes de contaminação e/ou intoxicação e trabalho extenuante e degradante. Com isso, nossa proposta se ancorou nos recursos metodológicos da pesquisa qualitativa, nos apoiando nos recursos da entrevista semiestruturada para construção de informações primárias. Estas informações, confrontadas com o referencial teórico estudado permitiu delinear nosso eixo de discussão, caracterizado pela análise crítica dos processos de subordinação do trabalho das famílias camponesas ao capital.

Para representar os resultados alcançados, nos debruçamos na construção deste trabalho textual monográfico, que é complementado por mapas, figuras, tabelas, quadros e outras ilustrações. Chamamos a atenção para os relógios e calendários da jornada de trabalho da família que representam a dinâmica de produção destrutiva, a divisão sexual do trabalho na lavoura do pepino, a intensificação de trabalho e uso de venenos para essa produção.

Ela surge no âmbito das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo Coletivo CETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde) e do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), os quais têm se dedicado a investigar temas relacionados ao processo de trabalho no campo e na cidade, as formas de organização e resistência da classe trabalhadora e dos sujeitos do campo (como sindicatos, movimentos sociais, etc) os desdobramentos do avanço do capital agroindustrial no campo e seus efeitos para a saúde coletiva e para o ambiente. Este trabalho se soma aos demais que estão sendo produzidos a partir do Projeto Temático “Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água e a saúde ambiental”¹.

Os capítulos que organizamos pretendem oferecer as reflexões da revisão bibliográfica e empírica na escala do Brasil, da região do Pontal do Paranapanema, do Assentamento e do lote. Julgamos importante essa ferramenta de análise entendendo que é imprescindível confrontar os fenômenos que compõem nosso objeto de estudo

¹ Projeto Temático FAPESP (Processo 2012/23959-9), sob coordenação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

com a realidade territorial do Brasil, sem perder a referência das especificidades e riquezas de análises que alcançamos quando o trazemos essas discussões para diálogo com a escala local.

A rotina trabalho da família na integração destrutiva segue o calendário determinado pela empresa, ou seja, o camponês se vê obrigado a realizar atividades submetendo-se ao tempo e às formas de organização do trabalho imposto pela lógica de produção capitalista, sendo esta quem determina o período de preparo do solo, do plantio e entrega final do produto. Desse modo, com a pesquisa afirmamos que uma das estratégias de subordinação da empresa compreende na determinação do trabalho do camponês.

Dentro do conjunto de análises este fenômeno nos oferece recursos para leituras críticas, a divisão técnica e sexual de trabalho para a produção de pepinos criada pelos próprios membros da família considerando o conservadorismo do conjunto de papéis designados socialmente que estabelecem que determinados procedimentos laborais são de responsabilidade da mulher ou do homem que merece atenção específica. Em geral, na maioria dos casos os homens são responsáveis pela aplicação dos venenos, pelo trabalho durante a montagem da estrutura, no plantio e na colheita. As mulheres se responsabilizam pelas tarefas de plantar e colher, além do serviço doméstico. Os jovens e/ou filhos colaboram mais durante a colheita quando o trabalho se torna mais intenso. Essa divisão tem exposto a mulher a uma condição de subordinação pela autoridade do marido com seu trabalho em muitos casos definido apenas como uma ajuda familiar [invisibilidade da mulher].

Sobre a exposição aos riscos pelo uso de venenos, de acordo com Dossiê ABRASCO (2015), o Brasil lidera o *ranking* no consumo de agrotóxicos levando o país a consumir sozinho cerca de 1/5 deles. Bombardi (2011) aponta que é alarmante o consumo de agrotóxicos no país e que isso seria decorrente, principalmente da expansão da produção das *commodities*, relacionado principalmente para a produção de combustível. Isto tem nos motivado a entender os riscos socioambientais que surgem a partir da produção e do consumo de alimentos baseados no uso intensivo de agrotóxicos. O uso de venenos na produção de pepinos também é determinado pela empresa e relacionado às alterações de trabalho. Desse modo, além da submissão a intensa jornada de trabalho, o camponês está exposto a riscos de intoxicação e contaminação pelo contato direto ou indireto diário aos agrotóxicos comprovando a integração destrutiva da família no qual conceituaremos com os capítulos a seguir.

São essas questões que apresentamos em nosso trabalho como forma de afirmar que as estratégias e ações da empresa subordinam à família camponesa direcionando seu pacote tecnológico (com insumos, fertilizantes, agrotóxicos) e as formas de produção as famílias assentadas (técnicas e tempo de trabalho).

O primeiro capítulo, intitulado “**Integração destrutiva: a produção de pepinos no Pontal do Paranapanema**” foi dedicado a descrever a formação socioterritorial da região do Pontal do Paranapanema, localizado do extremo Oeste do estado de São Paulo, caracterizada pela grilagem e ocupação ilegal das terras no processo de formação dos latifúndios. Destaca-se a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela terra e no questionamento da estrutura fundiária do Pontal, bem como no seu papel na criação dos 117 assentamentos rurais. Também apresentamos neste capítulo a formação do Assentamento São Paulo e frisamos a integração das famílias a produção de pepinos, demonstrando de modo geral as estratégias de subordinação adotadas pela empresa.

No Capítulo 2, intitulado “**A jornada de trabalho: o controle do tempo, trabalho e produção de família**”, tem a preocupação de descrever o processo de trabalho na roça de pepino. Preocupa-nos entender como se desenvolvem as relações de trabalho entre a família e a empresa, e como ocorre a divisão do trabalho no interior da família, entre a mulher, o homem e os filhos. Há uma preocupação em discutir especificamente o trabalho da mulher que vive no campo. Ressaltam-se as estratégias adotadas pela empresa que exprimem relações de subordinação e controle do tempo, rotina, espaço e renda das famílias.

Por fim, no terceiro e último capítulo, intitulado “**Veneno e saúde**”, nos debruçamos sobre os efeitos de uma das características da produção de pepinos para conserva, que é o uso de agrotóxicos. Chama-se a atenção para a forma de organização da produção de pepinos exigida pela empresa em questão, cujo pacote tecnológico se sustenta com base na aplicação de agrotóxicos em todos os estágios da produção.

Procedimentos metodológicos

Adotamos nesta pesquisa as perspectivas de instrumentos quantitativos e qualitativos. O posicionamento de classe trabalhadora permitiu uma leitura condizente ao campo científico da realidade atual das famílias camponesas assentadas no Pontal do Paranapanema (SP) integradas a produção de pepinos, sobretudo, na escala do lote.

Consideramos importante realizar a pesquisa em apenas um lote para aprofundarmos e entendermos as alterações de trabalho, o uso de agrotóxicos e os riscos na saúde da família integrada à produção de pepinos. Estabelecemos um perfil de família composto por: mãe, pai e filhos para a escolha do lote, ele é importante para entendermos a divisão do trabalho familiar e nossas indagações sobre a invisibilidade da mulher no campo.

Neste sentido, assumiremos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico, consultas e levantamentos de informações secundárias, realizações de trabalhos de campo, seguidas de entrevistas semiestruturadas, com registros de fotos e áudios, levantamento de dados para construção de tabelas, calendários e gráficos, coleta de dados georreferenciados para a construção de mapas. Os procedimentos, portanto seguiram da seguinte forma:

Levantamento bibliográfico: de livros, dissertações, teses, artigos e todo material pertinente que auxiliaram na compreensão de temas que relacionam essa pesquisa, tais eles como: 1) formação territorial do Assentamento São Paulo, 2) compreender a luta e a permanência na terra, 3) a produção de alimentos, 4) o uso exacerbado de agrotóxicos, 5) riscos à saúde, 6) formas de alteração do trabalho relacionando ao cultivo de pepinos, e 7) questões de gênero.

Realização dos trabalhos de campo: a realização do trabalho de campo é imprescindível. O primeiro trabalho de campo nos permitiu identificar o lote que correspondesse ao perfil que estabelecemos permitindo realizar entrevistas aprofundadas de acordo com temas que permeiam a construção e objetivo da pesquisa. Realizamos mais trabalhos de campo nos quais tivemos a oportunidade de conversar com a Presidenta da Associação das Mulheres do Assentamento. Em suma, os campos foram fundamentais para identificarmos nossos objetivos e a partir deles junto a nossa bibliografia levantada estabelecer relações com os riscos dos agrotóxicos à saúde, as alterações de trabalho, as questões de gênero que fazem parte da integração destrutiva.

Foram realizados trabalhos de campo junto à equipe de pesquisadores CETAS que permitiu uma reflexão sobre a integração destrutiva na escala da região do Pontal do Paranapanema sendo fundamental para a metodologia dessa pesquisa específica.

Entrevistas semiestruturadas: a realização das entrevistas nos permitiu dar visibilidade aos sujeitos que estão integrados ao processo de integração destrutiva. Elas foram fundamentais para investigarmos uma hipótese que a produção dos pepinos para a empresa *Refricon* determina e controla o trabalho dos camponeses aos colocando a riscos de intoxicação e contaminação humana devido ao uso excessivo de venenos.

Registros de fotos e áudios: os registros fotográficos e de áudio foram necessários para ilustrarmos de forma prática nossos resultados de pesquisa. Além de, os áudios nos auxiliaram muitas vezes para a construção da pesquisa e para trazermos relato da família acompanhada. Os registros também poderão construir para o bando de dados CETAS. Trouxemos trechos de entrevistas para dar luz as nossas afirmações, sendo que optamos por não identificar o nome original das pessoas. Foi criado nomes fictícios.

Construção de calendários e relógios: como resultado de pesquisa construímos relógios da rotina de trabalho apresentando a intensificação da jornada de trabalho de cada envolvido na produção destrutiva. Com eles percebemos a subordinação do trabalho imposto pela empresa e analisamos a tripla jornada de trabalho da mulher. Os calendários foram importantes para a visualização da imposição do tempo e das técnicas de trabalho ao camponês.

Contudo os procedimentos metodológicos nos permitiram entender e demonstrar com a pesquisa como as famílias assentadas, sobretudo, a família que acompanhamos vivencia a integração destrutiva, está que adocece, envenena, oprime, exausta e subordina.

Capítulo 01

Integração destrutiva nos pepinos

1.1 A produção de pepinos no Pontal do Paranapanema

Neste capítulo daremos atenção a algumas questões importantes às quais irão permear o entendimento do referente trabalho. Desse modo, a primeira delas é entender a integração na produção dos pepinos, que chamaremos de integração destrutiva, pois esse momento do trabalho esboçará elementos da dinâmica de produção que fundamentam a conclusão deste trabalho. Faremos uma breve contextualização sobre a formação territorial do Pontal do Paranapanema para que possamos entender a formação territorial do assentamento que trata nosso recorte empírico. Por fim, nosso cuidado estará em historiar a luta e formação da família no lote.

Para entendermos o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema apresentaremos as principais correntes teóricas do modo de produção capitalista na agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2001).

A primeira delas seria a teoria clássica. Os precursores e contemporâneos dessa corrente defendem que há uma generalização das relações capitalistas, ao mesmo tempo em que diverge o processo de inserção ao trabalho assalariado. Os mesmos teóricos defendem que a cada vez que o camponês se integra ao mercado capitalista perde suas características que o definem enquanto classe sendo que em certo momento eles simplesmente desapareceriam tornando-se pequenos capitalistas ou trabalhadores assalariados. Outra vertente nesta corrente de pensamento é que a total inserção do capital no campo aconteceria através da modernização do latifúndio (em outras leituras, modernização conservadora) cabendo os camponeses se adaptarem ao novo modelo de produção vendendo sua força de trabalho para as empresas que se beneficiaram no processo ao qual já citamos (FELICIANO, 2009).

Outra corrente de pensadores defende que no campo ainda existe a permanência das relações feudais ao que diz respeito sobre a agricultura. Basicamente a existência de camponês em sua condição de subordinação ao capital agroindustrial daria base para essa afirmação, ou seja, o capitalismo se difundido no campo quebraria as estruturas políticas tradicionais de dominação (OLIVEIRA, 1995). Em tese, essa afirmação teria como fundamento que o camponês ao perder seus vínculos tradicionais

tornar-se-ia um produtor individual independente inserindo-se e dependendo cada vez mais do mercado capitalista até o momento que surgiria a necessidade de ele recorrer ao trabalho assalariado.

A terceira corrente – da qual concordamos – é fundamental para entender o capitalismo na agricultura brasileira, entendendo “que há um crescimento tanto do campesinato, como do latifúndio, pois parte do pressuposto de que o próprio capital cria e recria relações especificamente não capitalistas” (FELICIANO, 2009, p. 59). Para Oliveira (1994) a contradição da reprodução capitalista se estabelece a partir do momento em que o capital redefine as antigas relações de produção, ao mesmo tempo em que as subordinam à sua lógica. O capital produz relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Há de se pensar em exemplos para explicar o que acabamos de mencionar, dessa forma, quando falamos de relações capitalistas vemos as relações de assalariamento no campo, ao mesmo tempo em que relações não capitalistas se entendem por produção camponesa, por exemplo.

Podemos aproximar estas reflexões ao nosso objeto de estudo, pois os camponeses integrados à lógica de produção da empresa plantam os pepinos utilizando a força de trabalho da família, para no final devolverem aquilo que haviam acordado com a empresa.

Essas questões que elucidamos acima marcam um pontapé inicial para o nosso trabalho, sobretudo, ao que trataremos neste primeiro capítulo, visto que, a formação da região do Pontal Paranapanema acontece através das relações contraditórias do capital.

A região do Pontal do Paranapanema é localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, Brasil estimando aproximadamente uma área 1,2 milhões de hectares. Sua formação territorial é caracterizada por intensos conflitos de terra (agrários), uma vez que, seu território é compreendido pelo embate de povos indígenas e os primeiros colonizadores, seguido das grilagens de terras (falsificação de documentos para titularização de terras), pela intervenção do Estado que procurava retomar as terras (terras devolutas). Salientamos que iremos fazer uma breve contextualização sobre a formação territorial do Pontal, uma vez que nosso foco está em tratar a produção de pepinos na região, principalmente na escala do lote.

O processo histórico das ocupações de terra na região se deu pelo conflito dos projetos de ocupação e uso da terra, revelando dois modos completamente contraditórios. Para Feliciano (2009) a ocupação de terra se dá por alguma motivação,

sobretudo o direito pela propriedade de terra a fim de concentrar uma produção transformando proveito para uma ou mais pessoas.

Os processos de ocupação mais recentes na região foram realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), “em julho de 1990 o Movimento realizou sua primeira ocupação no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, iniciando o processo de territorialização de luta pela terra na região, causando um significativo impacto socioterritorial” (FERNANDES; RAMALHO, 2001), esse período caracterizou o Pontal, como uma região de maiores conflitos agrários no Brasil. Por meio do processo de luta pela terra a organização do MST resultou em um número significativo de hectares, que foi extremamente importante para a implementação de assentamentos que promoveram o desenvolvimento rural e regional do Pontal do Paranapanema, pois muitas famílias chegaram para morar nos assentamentos.

Outro desdobramento importante no contexto da dinâmica agrária que estamos presenciando no Pontal é o processo de resistência através da permanência na terra, que após superar o primeiro momento de luta pela terra no acampamento resultando na conquista do lote, a família camponesa passa pelo processo de resistência para a permanência na terra aumentando o trabalho familiar baseado em relações não capitalistas, o qual Fernandes e Ramalho (2001) afirmam como os impactos socioterritoriais.

Atualmente a região do Pontal do Paranapanema possui cerca de 7 mil famílias assentadas que estão territorializadas em 117 assentamentos rurais. As formas de produção mais comuns na região se dão com base no leite e a produção de alimentos que eram destinados a programas governamentais de políticas públicas, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para feiras. Porém, essas dinâmicas de produção por vários elementos – como, por exemplo, o desmonte das políticas públicas – reconfiguram o cenário de produção da região abrindo espaços para o avanço do capital no campo através de empresas capitalistas, ou seja, a fim de garantir a sobrevivência da família no campo com a finalidade de renda, muitas famílias acabam se integrado a modelos de produção que subordinam o tempo, produção e trabalho do camponês.

Ikuta (2018, p.148) desenvolve pesquisa sobre a integração da comunidade rural Arroio Grande no município de Irati/PR à produção do fumo “a degradação e a subordinação se apresentam para o agricultor via o “sistema integrado” do tabaco, com seu pacote tecnológico e presença de empresas ligadas ao mercado internacional, que

resultam em fortes amarras contratuais, contaminação e degradantes condições de trabalho”.

Ao descrever o processo dessa produção podemos observar com clareza que a dinâmica de subordinação possui semelhanças a das famílias produtoras de pepinos. Neste contexto, ressalta-se que as famílias na condição de subordinação a lógica capitalista encontram formas de resistir no campo, ou seja, apenas permanecem e sobrevivem no campo frente ao desmonte das políticas públicas, diferente da resistência², pois essa condição é quando o camponês existe e resiste à agricultura capitalista.

Contribuindo com esta leitura, Scott (2002) diz que:

Uma história dos camponeses que focalizasse apenas as insurreições seria mais como uma história de trabalhadores fabris dedicados inteiramente a greves gerais e protestos. Embora possam ser importantes e sintomáticos, esses eventos nos dizem pouco sobre a arena mais durável dos conflitos de classes e de resistência: a luta mais vital/cotidiana [...]. Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidiana podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chama atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentado ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importante (SCOTT, 2002, p. 11).

Dessa forma, para que a reprodução social camponesa ocorra existem dois modos de resistência no campo, aquela em que o camponês busca garantir a autonomia do seu trabalho, seu tempo e sua produção em relação ao sistema capitalista, por meio de práticas agroecológicas como forma de r-existência enfrentando os conflitos de subordinação e degradação e também existe outra forma de resistência antagônica as estas práticas na qual o camponês se integra e se subordina ao desenvolvimento do sistema capitalista (IKUTA, 2018) a partir da integração à indústria da produção de pepinos usando o exemplo do nosso caso de estudo.

Daqui em diante daremos um enfoque sobre a integração subordinada das famílias camponesas na região do Pontal do Paranapanema. Até o momento utilizamos da bibliografia nosso arcabouço teórico para explicar a subordinação do trabalho e do tempo dos produtores para que nossa descrição *posteriori* tenha alicerce de reflexões.

² Conceito utilizado por Ikuta, 2018 que entende como a resistências dos camponeses frente ao sistema capitalista.

Devemos salientar que existem outras formas de integração na região, como leite, bicho da seda, tanques de peixe, urucum, mandioca etc.

Com isso se faz necessário uma breve introdução tratando a respeito da empresa que protagoniza esse processo de subordinação na região do Pontal através da produção de pepinos. A *Refricon Mercantil S.A* é uma empresa que monopoliza várias unidades em algumas regiões do território brasileiro, ela atua no setor de produtos vegetais processados, tendo entre seus clientes empresas do setor alimentício do país. Entre elas encontra-se: fábricas alimentícias, hospitais, autosserviços, restaurantes, cafeterias, escolas, pizzarias, cozinhas industriais e *fast foods*. Possui uma linha de processamento 100% automatizada, com tecnologia importada de países como Japão, Austrália, Inglaterra, Nova Zelândia e Estados Unidos.

No ano de 2015, a empresa aproveitou que a localização geográfica do Assentamento São Paulo, era favorável logisticamente (pela distancia, trabalho familiar e solo) para desenvolver uma área experimental para a produção de pepinos e começou a integração das primeiras famílias que iriam compor o grupo inicial, é importante considerar que houve outras tentativas de integralização da empresa no ano de 2013, porém a mesma teve os resultados que esperava (BENINI, 2018). Após isso, a produção se expandiu e hoje abrange 22 assentamentos de Reforma Agrária envolvendo 147 famílias que estão localizadas nos municípios de Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Rosana conforme a tabela (01):

Tabela 01: Número de famílias assentadas produzindo pepinos no Pontal do Paranapanema (2015-2018)

Município	Assentamentos	Nº de famílias envolvidas no cultivo de pepino	Total de famílias envolvidas por município
Teodoro Sampaio	Água Sumida	5	26
	Santa Teresinha da Água Sumida	5	
	Fusquinha	5	
	Santa Zélia	9	
	Santo Expedito	1	
	Santa Edwiges	1	

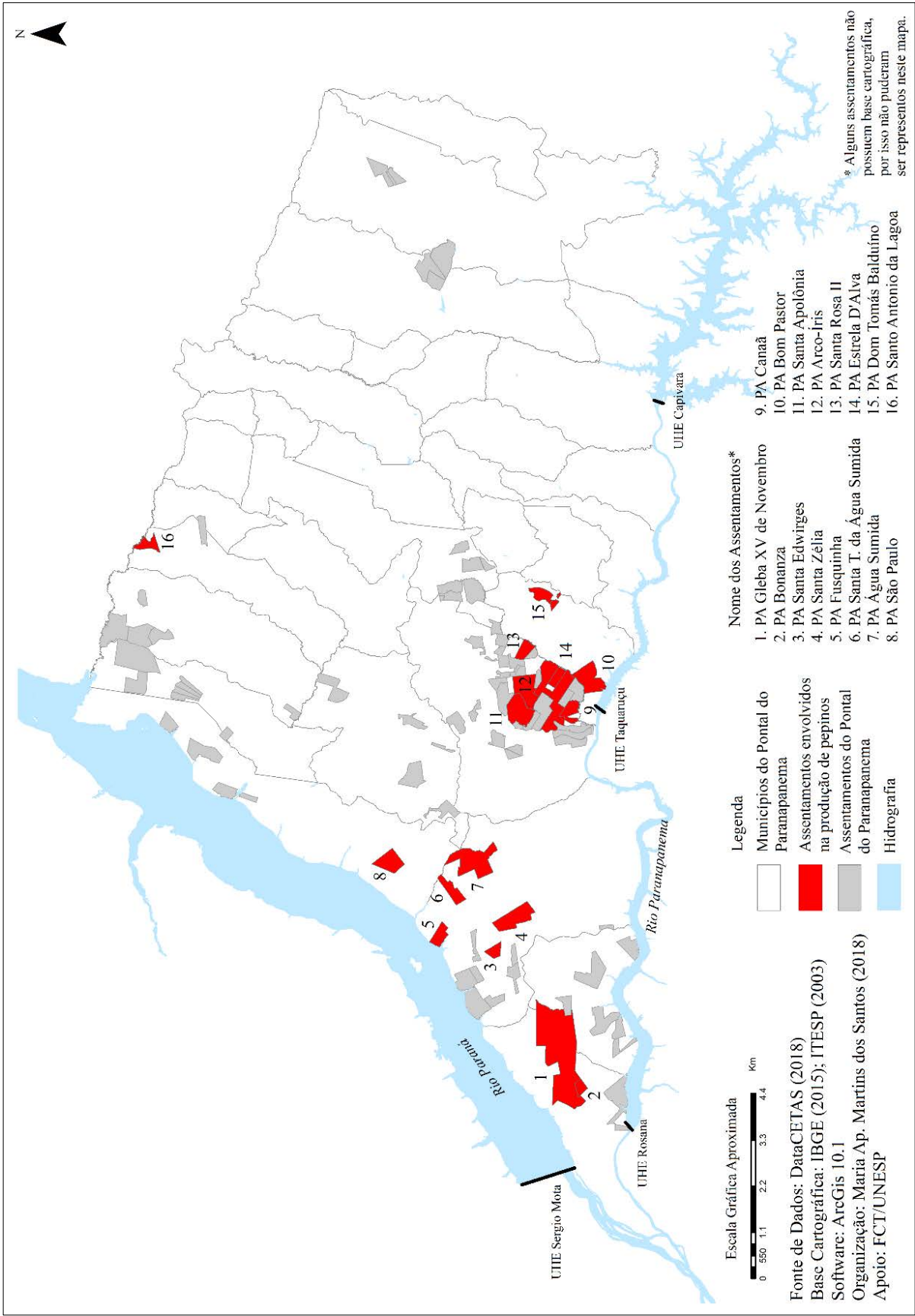
Presidente Epitácio	São Paulo	22	40
	Porto Velho	5	
	Lagoinha	12	
Mirante do Paranapanema	Santa Rosa II	10	58
	Margarida Alves	12	
	São Bento	6	
	Canaã	5	
	Estrela Dalva	7	
	Arco Íris	6	
	Novo Horizonte	1	
	Santa Apolônia	12	
	Dona Carmem	3	
Sandovalina	Dom Tomaz Balduino	8	14
	Bom Pastor	6	
Rosana	Gleba XV de Novembro	17	18
	Bonanza	1	
TOTAIS	22 assentamentos	147 famílias	

Fonte: DATACetas, 2018.

Organização: Martins, 2018.

Podemos observar com a tabela que a empresa conseguiu se expandir em um número significativo de assentamentos na região, atualmente 22 deles estão integrados a produção com um pouco mais de 140 famílias. O Mapa 1 representa como a integração está monopolizada nos assentamentos:

Mapa 1: Localização dos assentamentos rurais onde houve ocorrência de famílias envolvidas com o pepino (2015-2018)



Em todas estas áreas da região do Pontal do Paranapanema são produzidos pepinos para picles e salada que alimentam o mercado de conservas e a demanda das empresas do ramo de *fast foods*. A semente utilizada é a variedade de *Sassy Híbrido* que possuiu reduzidos ciclos de cultivo, em torno de 90 dias, e a alta produtividade, podendo alcançar até 80 toneladas por hectare, tornando-se economicamente atrativo por proporcionar rápido retorno do capital investido (Cardoso, 2002).

1.2 Qual motivo da integração ao pepino?

Construiremos nesta parte do capítulo a explicação do principal motivo que levou as famílias a se integrarem a essa produção destrutiva. Desvelar as subjetividades e materialidades das condições de reprodução socioterritorial das famílias camponesas é a chave para entender quais estratégias têm sido tomadas pelo capital agroindustrial para criar possibilidades de subordinação e exploração do campesinato.

As entrevistas nos levam ao apontamento de que o fim do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA³), operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), criou o campo de abertura para a chegada do projeto de produção de pepinos.

Leal (2017) apresenta em sua pesquisa um cenário de sucateamento das políticas públicas na região do Pontal do Paranapanema. O período de 2010 e 2015 houve um desmonte significativo das políticas públicas, sobretudo, a partir de 2015 que o retrocesso se torna mais expressivo.

As famílias camponesas da região do Pontal tiveram os primeiros acessos ao PAA a partir de 2003 proporcionando uma nova dinâmica nos assentamentos rurais;

Os camponeses, incentivados pelo MST, e mediante parcerias com as instituições públicas responsáveis que estavam se envolvendo e apostando no Programa, vislumbraram que poderiam ser beneficiados. Aumentar e diversificar a produção de alimentos para atender a demanda dos trabalhadores dos centros urbanos e acampados sem terras em situação de insegurança alimentar, objetivo desde há muito reivindicado pelo movimento social, se apresentava como factível. (LEAL, 2017, p.46).

³ O PAA é uma conquista dos movimentos sociais, foi instituído em 2 de julho 2003, pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, e tem como objetivo estimular e fortalecer o campesinato através da aquisição da produção de alimentos dos mesmos e distribuição gratuita para entidades como: associações comunitárias, asilos; albergues; cozinhas comunitárias e restaurantes populares, restaurantes universitários e a populações com risco de insegurança alimentar e nutricional (LEAL, 2017, p. 16).

Era expressiva a forma como o programa se territorializava nos assentamentos rurais incentivando os jovens e visibilizando o trabalho da mulher estabelecendo novas relações de trabalho e favorecendo o protagonismo feminino. O mesmo autor afirma que, além disso, o programa contribuía com a renda da família e também garantia uma diversidade na produção de alimentos tanto para venda, como para consumo.

Com o cenário que leva o fim e/ou diminuição das políticas públicas na região do Pontal do Paranapanema um dos desafios postos aos camponeses é que sem o Programa eles têm dificuldade em vender sua produção de alimentos, fazendo com que se subordinam a outras formas de produção que possibilitam que os mesmos permaneçam no campo. Leal (2017) acrescenta que a participação das famílias via políticas públicas era uma estratégia de sobrevivência e reprodução social, isto é, além da luta dos camponeses pela terra da mesma forma eles lutavam pela permanência nela.

Reis (2015) salienta que os cortes de orçamentos do Programa vem se fragilizando, portanto, nos convém destacar que:

O PAA encontra-se também fragilizado pela condição de ser um programa de governo suscetível aos cortes de orçamento e em sendo os recursos destinados aos programas condicionados ao orçamento geral, o que se pode perceber é que o PAA teve forte crescimento até o ano de 2012, já em 2013, o valor destinado à CONAB para realização do programa retrocedeu aos valores de 2006, sendo retomado no ano de 2014. (REIS, 2015, p. 129).

A fragilidade do programa também se sucede da burocracia para a execução, sobretudo, ao que diz respeito à complexidade com a documentação a ser entregue (REIS, 2015; LEAL, 2017) ocasionado atrasos para a aprovação das propostas no ano de 2015.

Aproximando o cenário acima, ao dos camponeses produtores de pepinos, podemos afirmar que parte das famílias já foram participantes do PAA. Em geral, com as entrevistas realizadas nos assentamentos, o início do projeto em seu lote ocorreu principalmente devido ao fim do PAA, segundo eles a produção apareceu como alternativa devido ao sucateamento das políticas públicas, deve-se lembrar que outros motivos tais como a complementação da renda também impulsionaram a integração. Tivemos o cuidado em perguntar para essas famílias se caso o PAA ainda estivesse ativo eles optariam em se integrarem a esse modelo de produção, e os relatos demonstram que eles não optariam em se integrarem no pepino: “*se tivesse como*

escolher preferimos a CONAB, era muito melhor, só plantamo o pepino porque acabou a CONAB” (Entrevistado Paulo, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).

Antes as famílias se organizam em torno de associações que se responsabilizavam pelos procedimentos mais burocráticos, com a integração nos pepinos há uma reconfiguração territorial (IKUTA, 2018), a forma em que as famílias se organizam é refeita, ou seja, agora elas se organizam em grupos para enviarem a produção até a empresa e baratear o frete. Com nossas reflexões e observações em campo pode-se dizer que as relações comunitárias são outras, se redefiniram com a chegada da agroindústria.

Outra reflexão do cenário que atualmente os camponeses produtores se encontram é de que antes, com a produção para o PAA, muitos ficaram sem receber devido aos cortes e atrasos que já mencionamos. Com os pepinos, as famílias teriam a garantia de que a empresa iria receber os produtos bem como ela havia prometido, porém esse acordo era descumprido por parte dela, houve casos em que ela não recebeu 100% da produção das famílias, por exemplo, um caso específico ocorreu com a entrega no final de dezembro e a empresa estava fechada para receber os pepinos, os produtores além de perder toda produção e não receberam por isso tiveram os gastos com o frete .

1.3 Assentamento São Paulo: Formação territorial e integração pela produção de pepinos

O Assentamento São Paulo representado cartograficamente no Mapa 02 faz parte do processo de materialização da luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema. Sua formação territorial se insere aos mesmos moldes de conflitos agrários que o Pontal é caracterizado, sobretudo pela grilagem de terras. O assentamento foi conquistado em 2003, possuindo uma área total de 1.855,28 hectares de terras, sendo um dos mais novos assentamentos do município de Presidente Epitácio. Atualmente abriga 76 lotes ocupados com famílias camponesas, principalmente da região.

Feliciano (2009) apresenta dados importantes sobre a formação do assentamento. Segundo o autor, antes de se tornar a área hoje conhecida por Assentamento São Paulo era uma fazenda que pertencia ao grupo Cia. Mate Laranjeira. As ocupações pelo direito a terra iniciaram-se no final de 1998, com a primeira sendo organizada por 25 famílias oriundas do Movimento dos Agricultores Sem Terra

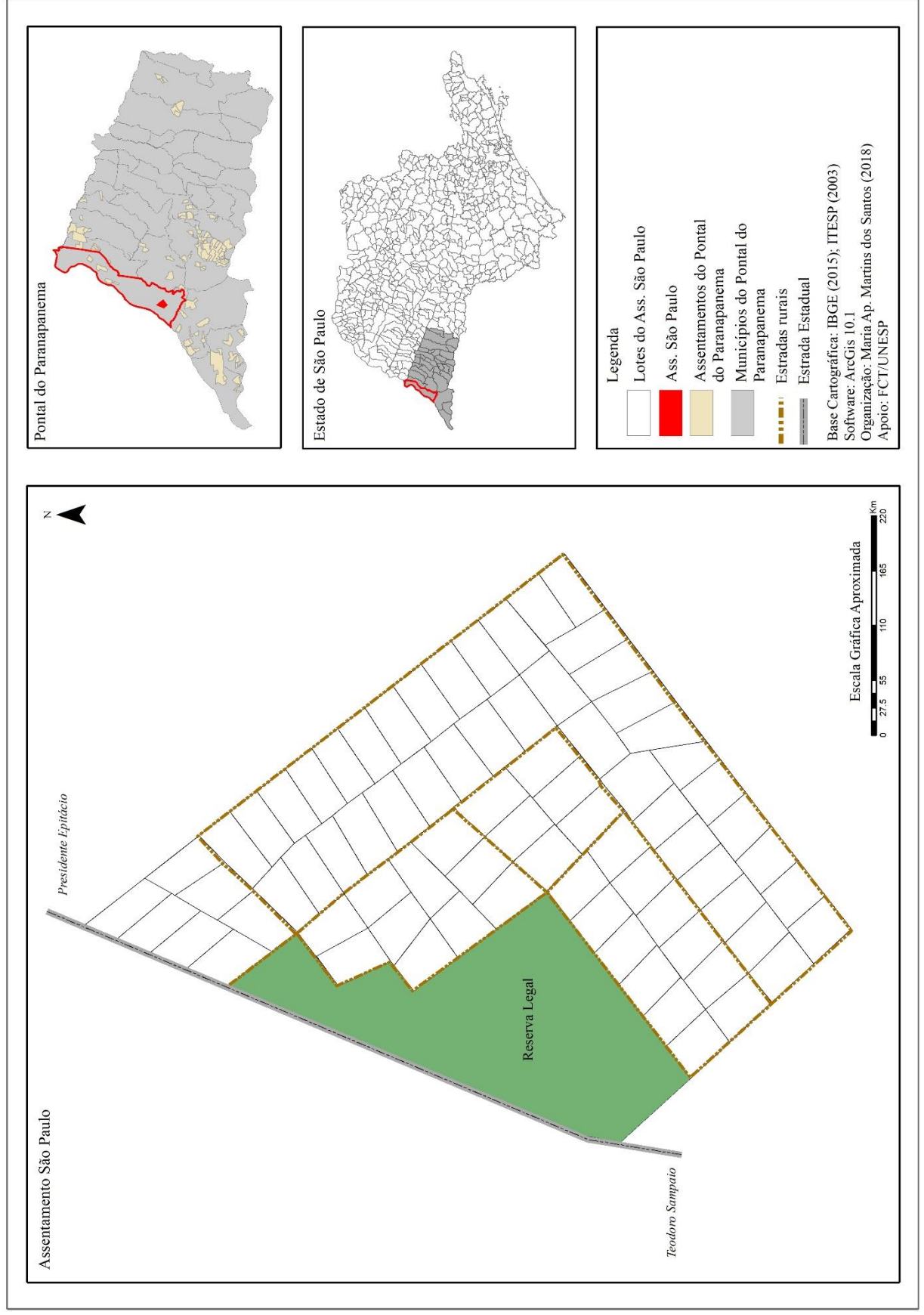
(MAST), “a ocupação foi sucedida de reintegração e assim consecutivamente, até funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciarem um laudo de vistoria, com fins de desapropriação, já no final do ano de 1999” (FELICIANO, 2009, p. 432).

Concomitantemente às ocupações, as famílias passaram a desenvolver plantio sob os perímetros da fazenda gerando ainda mais conflitos com os latifundiários. Essa situação atraiu a atenção do governo do Estado de São Paulo que se posicionou estimulando propostas de negociação. Após todo esse período de negociações, o grupo formado pelas famílias conseguiu retomar as terras griladas e transformando-as em assentamentos rurais. A partir disso, as famílias se territorializam em seus lotes iniciando a luta pela permanência da terra.

As famílias que hoje vivem no assentamento se dedicam na produção de alimentos como frutas, verduras e legumes, que, até então, eram destinados para o PAA e vendidos em feiras públicas; na produção de leite para laticínios e a integração dos pepinos, há de se lembrar de que algumas famílias são compostas por pessoas idosas, neste caso, a aposentadoria complementa a renda da família. Outros membros trabalham como assalariados ou diaristas⁴.

⁴ Estes dados foram obtidos e sistematizados através da pesquisa de campo para o projeto: “DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, SAÚDE ANIMAL E SUSTENTABILIDADE: “Avaliação da cadeia produtiva de leite no Pontal do Paranapanema e seus impactos no desenvolvimento territorial”. Processo FAPESP: 2017/12271-0

Mapa 2: Localização da área de estudo



No que diz respeito à integração de pepinos, objeto de estudo desta pesquisa, se deu através da entrada da empresa no ano de 2015. Se tomarmos como referência o enfraquecimento do PAA, e a falta de possibilidades de reprodução familiar através de políticas públicas, 2015 foi o ano em que o programa teve mais retrocesso e que permitiu a facilitação da submissão das famílias ao pacote tecnológico da *Refricon*.

O mapeamento que realizamos permite afirmar que atualmente 22 famílias (Mapa 3) das 76 que se territorializam no Assentamento São Paulo, já plantaram ou ainda plantam pepinos.

Mapa 3: Famílias do Assentamento São Paulo integradas na produção de pepinos



Fonte: Benini (2018)

O motivo pelo qual as famílias se integraram na produção se deu principalmente pelo fim das políticas públicas que antes garantiam a comercialização produção de alimentos, além de que, a renda que era extraída desta, somava para o sustento da família.

As famílias relatam que na produção inicial havia um técnico designado pela empresa que realiza visitas semanais aos lotes para instruir como que deveria ser as formas de produção, ou seja, as famílias perderam sua autonomia de trabalho e passaram a se submeter ao controle do tempo, produção e trabalho do pacote tecnológico da empresa.

A experiência de plantio no assentamento gerou prejuízos às famílias embora houvesse assistência técnica, o número de perdas do pepino foi grande principalmente por conta do padrão que a empresa estabelece e do regime de chuvas em alguns períodos. Outro impacto significativo aos integrados foi o alto investimento inicial muitos produtores permaneceram plantando outras safras para liquidar a dívida com a empresa, exemplificado o endividamento programado.

O preço do frete para levar a produção até Bataguassu (filial) nesse assentamento em relação aos outros é um pouco menor devido sua localização geográfica, que é mais próxima da empresa. Ao conversarmos com alguns produtores sobre o lucro e a renda que recebiam em cada safra era relatado que não existia.

O uso dos venenos também foi uma experiência negativa para algumas pessoas do assentamento. Os venenos utilizados são considerados pelos produtores caros e muito fortes, além desses problemas os “integrados” reclamavam muito sobre o tempo de trabalho já que o cultivo exige uma extensa jornada de trabalho.

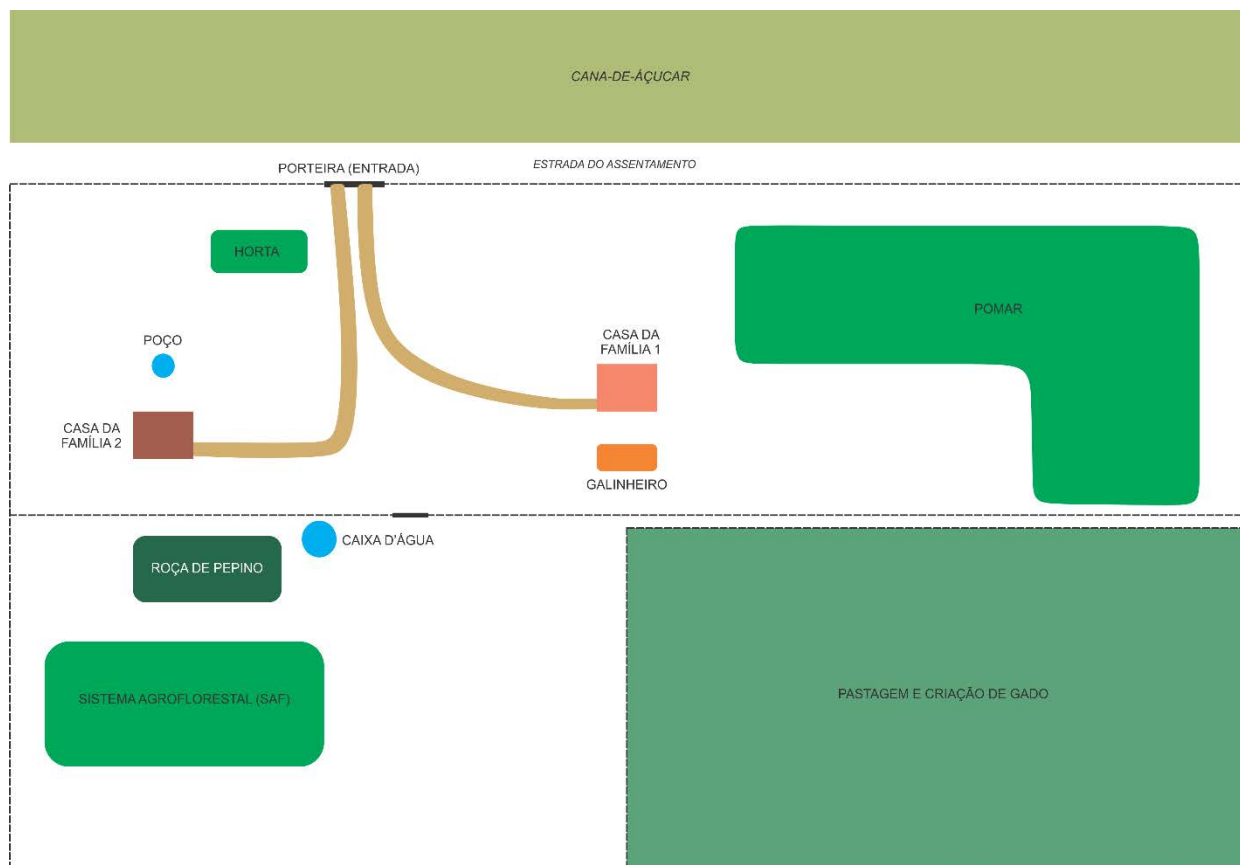
1.4 Composição da família acompanhada

A história da família que iremos descrever é fruto das entrevistas que realizadas com o acompanhamento da família. Os relatos resultaram em uma história baseada na luta para permanência na terra.

Atualmente o lote que estudamos é composto por duas casas (Figuras 02 e 03), no mesmo grau de parentesco, para isso, realizamos um croqui (Figura 01) para melhor visualização do que iremos descrever. A família 01 é composta pelo pai e mãe do produtor de pepinos da família 02. Basicamente o pai trabalha no Sistema Agroflorestal (SAF) e trabalha como assalariado para uma empresa privada no

município de Presidente Epitácio e também depreende do seu trabalho a dedicação na produção de alimentos para consumo da família (quando excede doa para vizinhos), cuida dos animais, como galinha, porcos, vacas e bezerros. A mãe realiza todo trabalho doméstico, lavar a louça, lavar a roupa, limpar a casa e preparar a alimentação. A idade dos dois é respectivamente 57 e 56 anos.

Figura 1: Representação do lote da família



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organização: Martins, 2018.

Figura 2: Fotografia da residência da Família 1



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Figura 3: Fotografia da residência da Família 2



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

É a família 02 que se debruça sobre a produção de pepino. Tal família é composta pelo homem, mulher e dois filhos, um menino e uma menina, agregados do pai. As idades dos adultos são de 31 anos para a mulher, 36 anos para o homem, 14 anos para o menino e 09 anos para a menina. Ao que diz respeito à força do trabalho familiar, apenas os pais e o menino trabalham na produção de pepinos (iremos especificar sobre a divisão sexual do trabalho no próximo capítulo).

As famílias se mudaram para o lote em 27 de maio 2010 e não passaram pelo processo de acampamento. A conquista do lote através da chamada feita pelo ITESP e pagamento das benfeitorias à família ocupante anteriormente. Inicialmente todos moravam na casa da família 01.

A área total do lote é de 18 hectares e meio. Logo, quando a família se mudou não havia nenhuma atividade de produção além de árvores e pastagens, conforme relata a famílias durante a entrevista: *“Não tinham nem quintal, a gente foi arrumando tudo, a cerca, dividir o pasto. E fomos ampliando devagar conforme a gente ia podendo né?”* (Entrevistado Cida, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo)

A primeira produção da família no lote foi quiabo, e com a venda possibilitou a ampliação da horta para o plantio de novas culturas. A principal fonte de renda da família no início foi o leite. Posteriormente, em mais o menos dois anos, a família passou a produzir alimentos para destinar a venda ao PAA e feiras livres no município. Todos os membros se envolviam no tratamento da horta, menos a menina. No leite, apenas a mulher, o homem e o pai trabalhava.

A ampliação do lote se deu principalmente pela produção de alimentos para o PAA e feiras, a pecuária leiteira e a venda de alguns animais como bezerros, novilhos e vacas. A participação da mulher em relação à produção de alimentos é durante a colheita, as práticas de produção eram relegadas aos homens mais velhos.

Em geral, as atividades do lote são divididas em: produção (plantar, preparar o solo e capinar) e decisões do âmbito da família que são de responsabilidades dos homens, enquanto as mulheres realizam o trabalho doméstico, *“ajudam”* na colheita e cuidam da família *“nós as mulheres aqui ajudamos com algumas coisas de produção... mas os homens de mexe mesmo, a gente trabalha mais em casa”* (Entrevistado Cida, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento

São Paulo). A principal renda do lote atualmente é o leite e o pepino, complementado pelos “bicos” que o homem realiza e o salário que o pai recebe como guarda noturno.

A família 02 diz com muito orgulho que a casa que eles construíram e moram atualmente foi fruto de muito trabalho da família, todo material foi tirado da renda que a família conseguiu no lote, até mesmo a construção da casa foi feita pela família 02. Observe o relato:

Tá vendo essa casa deles aqui é 90 (noventa) metros, foi tirado tudo aqui de dentro do sítio! (Entrevistado Paulo, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).

“Tudo daqui! Foi CONAB, foi pepino, foi gado que a gente vendeu, tudo suado. Essa casa foi trabalhada, nós mesmo, eu e meu menino era o servente e meu marido era o pedreiro” (Entrevistado Cida, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).

Durante entrevista, a família demonstrou muito orgulho em nos mostrar a casa. Observamos que ela buscou de muitas formas demonstrar a luta para permanecer na terra. Eles buscaram, e ainda buscam alternativas para manter a renda da família e permaneceram no campo, pois, demonstram muito amor em viver da terra, à integração aos pepinos foi uma das alternativas frente ao fim do PAA e a dificuldade da comercialização dos alimentos.

Capítulo 02

A jornada de trabalho: o controle do tempo, trabalho e produção da família

2.1 Trabalho enquanto categoria ontológica

Neste capítulo, daremos atenção a um dos desdobramentos que investigamos em nossa pesquisa: **a jornada de trabalho da família 02**, portanto, trataremos da rotina de trabalho da família quando está envolvida na produção do pepino e quando se envolve em outras atividades no período de entressafras.

Para apresentarmos estes resultados de campo, em um primeiro momento buscaremos apresentar a proposta teórica para entendermos as marcas de subordinação do trabalho imposta à família e controlada pelo pacote tecnológico da empresa, bem como, buscaremos demonstrar a rotina de trabalho da propriedade camponesa coletiva e promove libertação e emancipação.

Somente “a espécie humana conseguiu evoluir e desenvolver a cultura e a linguagem (mediações simbólicas) por meio do trabalho, que deixou de ser meramente atividade instrumental, tornando-se, deste modo, meio de socialização e desenvolvimento das forças produtivas sociais” (ALVES, 2014, p. 11). Dessa forma, os traços morfológicos permitiram que o homem se desenvolvesse, sobretudo, garantisse seu processo evolutivo permitindo que ele fosse capaz de dar um salto ontológico em meio à seleção natural estimulado por meio do trabalho resultando no que Marx chama do processo entre homem e natureza, fruto do trabalho no sentido histórico-ontológico que iremos explicar mais adiante. Este processo explica a atividade do intercâmbio orgânico entre homem e natureza que se caracteriza em: intercâmbio consciente (racionalidade), intercâmbio técnico (objetos de trabalhos, meios de produção da vida social e objetivação social) e por fim, a interação social (sociabilidade do homem com outros homens e dos homens consigo mesmo).

A bibliografia que consultamos nos permite fazer o resgate histórico da categoria trabalho, entretanto, é importante considerarmos que esta categoria é uma das mais complexas e possui diversas significações de acordo com seu grau de abstração. Neste sentido, o trabalho é:

[...] o estatuto ontológico do ser social, o que nos diferencia dos outros animais, pois através dele projetamos o que fazer (teleologia)⁵, antes mesmo que seu produto exista de fato. Deste modo o trabalho é para nós a categoria ontológica central baseando-nos em Marx (HECK, 2017, p. 39).

Com estes pressupostos podemos partir da ideia de que trabalho é, antes de tudo, “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1985, p. 326). O trabalho é para sociedade com uma necessidade natural eterna. Essa significação de trabalho pode ser traduzida como categoria *histórico-ontológica*⁶, o trabalho, nesta perspectiva, diz respeito ao princípio construtivo do próprio ser social tratando-se do trabalho em geral, observando em seus elementos imutáveis.

O trabalho enquanto categoria histórico-ontológica, portanto, diz respeito ao processo geral entre o homem e a Natureza, que Marx explica como sendo externa, essa relação significando o objeto e seus meios de trabalho e também a relação interna que seria a saúde física e mental do homem constituído pela natureza.

[...] que permite que ele exerça uma atividade orientada a um fim; tendo em vista que o homem é um animal social, a vida física e mental do homem implica, por conseguinte, um processo metabólico entre o homem e si mesmo, isto é, o homem e outros homens; e o homem consigo mesmo – o que expõe, deste modo, o caráter sociometabólico do trabalho como atividade vital [...]. Deste modo, a categoria trabalho não diz respeito apenas à produção propriamente dita, o local de trabalho propriamente dito, mas implica também o território da própria atividade vital ou processo entre o homem e a Natureza [...] (ALVES, 2014, p. 10).

Diante disso, os elementos de produção, sejam eles a matéria natural apropriada (natureza) ou a própria vida física e mental do homem, não são apenas do território interiorizado da produção, eles também permitem a reprodução social explicando o trabalho enquanto categoria histórico-ontológica na perspectiva da construção e realização do próprio ser social.

Outra significação da categoria trabalho seria a *sócio-histórica* que trata das características particulares assumidas pelo trabalho. Ela assume formas societais segundo os modos de produção determinados historicamente ou até mesmo, modos de cooperação social e/ou apropriação da atividade vital do trabalho (ALVES, 2014). Podemos dizer que esta categoria se divide em: o *pré-capitalista* (trabalho primitivo,

⁵ Requer capacidade de abstração, portanto, mediações simbólicas como a linguagem (ALVES, 2014).

⁶ Karl Marx em “O Capital”, retirado de Alves (2014).

antigo e feudal); as *formas societais* (plural *mundos do trabalho*) de trabalho – múltiplas atividades prático-instrumentais que visam à luta pela sobrevivência humana – e o *trabalho capitalista* singular (singular *mundo do trabalho*).

Ao que diz respeito aos marcos teóricos, o trabalho sofreu ao longo da história transformações no sentido da desrealização e estranhamento, que se deve à sociedade do capital vigorizada por meio de seus mecanismos próprios de dominação/controle sobre o trabalho e a sua condição como “coisa”⁷ ou sua redução à condição de mercadoria vendável (MARX, 1985).

No que diz respeito ao trabalho na sociedade pré-capitalista, Alves (2014) compreende que não existia precisamente *um mundo do trabalho*, mas, sim *múltiplos mundos do trabalho* (no plural), ou seja, sociais múltiplas e heteróclitas⁸.

É apenas com o capitalismo que se constitui efetivamente o *mundo do trabalho* propriamente dito (no singular), isto é, a forma social do trabalho sob a vigência do *trabalho abstrato*. Foi com o trabalho capitalista e com o modo de produção capitalista, que ocorreu a unidade das atividades de luta pela existência, surgindo o *trabalho abstrato*, forma social hegemônica do trabalho social que envolve todas as demais atividades prático-instrumentais no processo sistêmico de acumulação do valor (ALVES, 2014, p. 14).

Assim, nas sociedades primitivas *a priori* as atividades vitais do trabalho eram exclusivamente predatórias. As principais atividades desenvolvidas que se imaginam com um trabalho social e coletivo eram: caça e coleta, pesca e a extração mineral. Os homens que as realizavam eram considerados como pescadores e/ou coletores e as técnicas as quais utilizavam supunham ferramentas rudimentares e pré-históricas.

Mais tarde surge o trabalho social envolvendo a agricultura, que estabelece novas relações do homem e sua dimensão social e do homem com a Natureza. Com o desenvolvimento do trabalho na agricultura surgem as primeiras civilizações urbanas. Por meio do desenvolvimento das técnicas de trabalho aparece a produção de utensílios: *o trabalho artesanal*. No período da Antiguidade, no trabalho do artesão, o processo de trabalho era considerado livre e autônomo, ou seja, o artesão pré-capitalista possuía a capacidade de transformar a Natureza; ele “dominava o processo de trabalho e seus elementos” (ALVES, 2014).

⁷ O processo de trabalho aparece em um primeiro momento como o processo de trabalho capitalista; e depois, apenas como mera produção do capital (ALVES, 2014).

⁸ Tudo aquilo que contrária às regras da arte. Diz-se do que é excêntrico, fora do comum. Composto por elementos distintos e variados fora do comum.

Alves (2014) ainda nos afirma que, embora estes artesãos possuíssem um caráter de trabalhadores livres, eles não tinham autonomia política e social. Neste sentido, os trabalhadores livres das sociedades pré-capitalistas tinham seu trabalho alienado e estranhado, porém isso era meramente formal, pois somente com o desenvolvimento do capitalismo este caráter se tornou real.

O trabalho do camponês – este que para nós é considerado mais importante porque representa concretamente o sujeito do nosso estudo – desde a Antiguidade possuía um caráter de trabalho coletivo, ou melhor, a família camponesa trabalhava em conjunto ou em grupos e desempenhava atividades na terra, como plantio, irrigação e colheita, de maneira que o trabalho do camponês é composto pelo trabalho vivo do homem (força de trabalho), meios de trabalho as (técnicas e/ou ferramentas) e por fim, o objetivo de trabalho, neste caso, para o camponês, o objeto de trabalho é a própria terra (ALVES 2014). Porém, historicamente, com o desenvolvimento do capitalismo no campo busca abolir completamente ou parcialmente o controle e o domínio dos camponeses no processo de trabalho. É necessário valorizar que embora o capitalismo busque estratégias para garantir sua monopolização no campo as famílias camponesas continuam re-sistindo a modo de produção destrutivo.

É com o desenvolvimento da sociedade capitalista que a força de trabalho é transformada em mercadoria, o que se deve ao “metabolismo social do capital e suas mediações fetichizantes de segunda ordem” (HECK, 2017, p. 43), deixando a discussão da categoria trabalho ainda mais complexo.

É a instituição social da *força de trabalho como mercadoria* que contribuiu para que a forma-mercadoria se tornasse a matriz crucial da sociabilidade moderna [...]. Na verdade, é a forma-mercadoria que estrutura as relações sociais de produção (e de reprodução) da vida dos homens e das mulheres (ALVES, 2014, p. 16).

A complexidade do trabalho no capitalismo configura o aparecimento do trabalho como *trabalho geral* e não mais com as suas especificidades ou particularidades como, por exemplo, trabalho agrícola, trabalho industrial ou comercial, é atingindo esse caráter de *trabalho geral* que aparece o conceito de *trabalho abstrato* este seria “a forma social do trabalho em geral e da atividade da produção capitalista, perpassando as múltiplas atividades sociais particulares” (ALVES, 2014, p. 18). Neste sentido, o trabalho abstrato é a fonte de produção da mais-valia, não importa qual seja o trabalho concreto, o importante é o trabalho vital produzir mais-valia.

Dessa forma, enquanto nas sociedades pré-capitalistas existia uma pluralidade de mundos do trabalho, tendo com perspectiva o trabalho concreto (atividade voltada para um fim), na sociedade capitalista predomina o trabalho abstrato, ou seja, o trabalho indiferente, como uma forma particular e historicamente determinada do mundo do trabalho capitalista. Marx (1985), em sua obra “*O Capital*”, faz uma diferenciação importante entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Segundo esse autor, o trabalho concreto seria aquele que produz valores de uso, enquanto o trabalho abstrato seria o produtor dos valores de troca. A lógica de trabalho no modo de produção capitalista, com fundamento no mercado, é a mundialização da produção de mercadorias.

A economia capitalista é a economia mercantil mais complexa que já existiu. Sob o capitalismo, o mercado como palco de circulação de mercadorias, tende a dominar a dinâmica social, imprimindo sua marca na totalidade das relações sociais. A vendabilidade universal apresenta-se como o espírito contingente da produção e reprodução social capitalista (ALVES, 2014, p. 18).

É importante considerar que as trocas mercantis e o próprio mercado sempre existiram, porém, é com a ascensão do capitalismo que elas determinam a dinâmica social, ou seja, o mercado é quem direciona os homens e mulheres da sociedade do capital. Além disso, com o capital surge o dinheiro, que simboliza não apenas meio de circulação, mas também reflete a riqueza (abstrata) de quem o possui.

O reflexo do trabalho na sociedade capitalista é a estrutura de uma divisão social do trabalho constituindo um novo perfil de trabalhador, o trabalhador assalariado e/ou “livre”, integrado à dependência de um salário, neste caso, o regime de assalariamento separa o sujeito que trabalha dos meios de produção, ao mesmo que o trabalhador está alienado das condições do trabalho social. É uma construção da categoria sócio-histórica resultado do regime capitalista.

O modo de produção capitalista alterou o intercâmbio metabólico, aqui entendido enquanto relação homem e natureza, do homem em relação a si e até mesmo do trabalho enquanto realização social tornando-se um trabalho estranhado/negado, sendo a teoria do estranhamento fundamental na produção capitalista (MARX, 1985).

O conceito de estranhamento baseia-se principalmente nas alterações promovidas pelo capital no processo de trabalho determinando novas relações dos homens entre si e com a natureza. Foi também com a ascensão do capital que se instauraram as grandes indústrias e as máquinas que retiraram do trabalho o papel de

agente social na produção. O homem passa a ser passivo no processo de produção, sendo apenas um condutor de máquinas – ou um mero “apêndice da máquina”, no dizer de Marx (1985).

O trabalho no modo de produção capitalista é antes de tudo processo de produção de mais-valia (trabalho abstrato) para a acumulação ampliada do capital. O reflexo deste modo é a alteração na natureza e da relação do trabalho com os elementos que o compõem. O trabalho na sociedade capitalista não é mais aquele que produz apenas para a satisfação das necessidades dos homens, ele passa a ser produção de mais-valia. No interior do processo de trabalho também ocorrem mudanças resultadas das forças produtivas do trabalho social.

O conceito do processo de trabalho, em suas dimensões naturais, é formado pela relação do sujeito que realiza as atividades laborativas (trabalho concreto), os meios de trabalho e pelo instrumento e/ou objeto de trabalho (natureza), o mesmo divide-se em duas categorias. A primeira sintetiza-se em trabalho humano-genérico. Basicamente seria a determinação sócio-ontológica natural, assumindo a forma de atividades de produção de valores de uso (trabalho concreto). Processo de trabalho capaz de satisfazer as necessidades humanas se apropriando da natureza.

Outro seria o processo de trabalho capitalista que já pautamos neste capítulo. Significando mudanças intrínsecas de sua natureza, este processo de trabalho visa à extração de mais-valia para a acumulação como um fim em si mesmo, fruto da produção dos valores de troca (processo de valorização).

Neste sentido, o trabalho capitalista subordinado os elementos do trabalho em sua condição natural alterando suas formas e suas relações formais de trabalho e, concomitantemente, instaura novas relações de trabalho. Marx denominada essa alteração de subsunção formal para subsunção real do trabalho ao capital (ALVES, 2014), datada do século XX e, com maior intensidade, do século XXI.

É importante salientarmos que, no processo de trabalho capitalista, o trabalhador ou produtor direto não possui mais o controle sobre o material na gestão do trabalho, e nem sobre a propriedade dos meios de produção, explicando o trabalho estranhado sobre a ótica da propriedade privada (terra e trabalho aprisionados pelo capital) a divisão hierárquica do trabalho (submissão do trabalhador à lógica do produto). O que acabamos de considerar neste parágrafo são as premissas que explicaremos mais adiante sobre o trabalho na produção de pepinos para conserva, uma vez que é esse o nosso objeto de estudo.

2.2 O trabalho na produção de pepinos

Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e o trabalho estão vinculados às dinâmicas da natureza, movida pela força do trabalho familiar camponês⁹. O trabalho expressa suas condições de libertação e de emancipação, nesse sentido, sendo terra a base da propriedade do trabalho familiar camponês¹⁰.

Na produção camponesa, a força de trabalho é caracterizada pelo seu valor de uso (trabalho concreto) e cada membro da família possui um significado na unidade produtiva, nesse caso, dentro da própria família a uma divisão técnica do trabalho entre seus membros, isto é, cada pessoa que compõe a família tem uma tarefa dentro da jornada de trabalho.

[...] a produção camponesa se mostra como um processo de trabalho concreto cujo resultado é a produção de valores de uso e cujo objetivo é a reprodução do próprio produtor não é mais que a aparência imediata da pequena e média unidade de produção agropecuária (BARTRA, 2011, p. 15).

Portanto, como vemos em Bartra (2011) a forma de organização da família para o trabalho e a produção tem seu foco ancorado no desenvolvimento das possibilidades de reprodução socioterritorial da família e manutenção das suas condições mínimas para a garantia do ciclo de produção. Entretanto, a jornada de trabalho na agricultura capitalista está comprometida com a técnica, eficiência e principalmente, com a rapidez, buscando imprimir um ritmo acelerado de produção que interfere nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Percebemos, pois, duas dinâmicas distintas e antagônicas e que estão em disputa no campo (BOMBARDI, 2011).

A organização do trabalho no cultivo do pepino, tal como analisamos neste estudo, segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa, no qual o camponês se vê obrigado a realizar atividades submetendo-se ao tempo e à rotina de trabalho imposto pela lógica de produção da empresa, sendo esta quem determina o período de preparo do solo, do plantio e entrega do produto final.

⁹ Cf. Tavares dos Santos (1984).

¹⁰ Cf. Sousa; Conceição (2010).

De modo geral, constatamos que as formas de alterações do trabalho são recorrentes na história e estamos diante da produção destrutiva do capital¹¹, uma “modernização perversa que, ao invés de libertar, emancipar o trabalhador, deixa-o subordinado, oprimido e explorado” (SOUSA, CONCEIÇÃO, 2010, p. 70). Em nosso recorte de estudo, vemos que as famílias produtoras de pepinos se veem sem autonomia no trabalho e são controladas pelo tempo imposto pela empresa e, principalmente, pelas implicações causadas pelos agrotóxicos, uma vez que não há políticas públicas que apareçam como alternativa a essa integração destrutiva.

A bibliografia ainda nos acusa que a finalidade do capital é controlar o trabalho e o trabalhador, objetivando através desse controle a possibilidade de acumular riqueza e eliminando dessa forma a característica de trabalhador livre. O trabalhador deve ser proprietário apenas da sua força de trabalho e no caso dos camponeses produtores da terra (essa capaz de gerar o produto final) para que sendo libertos (neste caso não são proprietários) do produto final (pepino) eles vendam sua força de trabalho que é necessária para a produção dos pepinos para a empresa. O reflexo do avanço do capital no campo efetiva a expropriação do trabalho do camponês produtor e monopoliza sua terra. Cabe salientarmos que estamos fazendo essa afirmação através de reflexões que obtivemos com nossa pesquisa.

Por exemplo, quando as famílias pesquisadas vendiam produtos para a CONAB, não vendiam a sua força de trabalho, mas sim os produtos que eram frutos do seu trabalho e sua propriedade¹². Ou até mesmo quando vendiam alguns produtos em feiras e/ou para vizinhos, a família vendia o que era excedente do seu consumo, contribuindo com a renda da família para comercializarem aquilo que não produziam no lote.

“[...] o que ele comercializa não é sobra, é o produto, que resulta de critérios estabelecidos por ele [...] quando faz a colheita, já tem ideia daquilo que pode reter para a garantia de sua vida e o que pode retirar como semente para o próximo plantio, bem como o que pode ser vendido” (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 67).

Neste sentido, o excedente social na dinâmica em que acabamos de frisar está inserido no mercado por estar sendo comercializado, entretanto, tem sentido diferente daquele estabelecido pela produção capitalista.

¹¹ Baseado em Thomaz Junior (2011).

¹² Baseado em reflexão de Martins (2003).

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesa, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 25-26).

No momento em que temos o capital avançando no campo, temos a apropriação do trabalho e da terra do camponês. Vale ressaltar que ao dizermos capital, nesse contexto, estamos tratando da empresa capitalista e quando essa se apropria fazendo com que o camponês perca sua autonomia de produção, fazendo com que ele se especialize na produção imposta – pepino – pelo sistema capitalista¹³.

Destaca-se que o trabalho tem se subordinado a produção imposta pela empresa e mesmo os camponeses sendo possuidores da terra, ela (empresa) se apropria da mesma controlando o tempo, o trabalho e os modos de produção do camponês produtor para que o capital possa se reproduzir no campo. Precisamos reiterar que existem outras estratégias de apropriação e avanço de capital no campo, porém, estamos dando destaques àquelas que contemplem e expliquem nosso objetivo e reflexões através da pesquisa de campo.

Dividimos a safra em quatro estágios os quais remetem à rotina de trabalho na produção de pepinos a rotina de trabalho em geral nas quais iremos especificá-las melhor na jornada de trabalho da família acompanhada:

¹³ Baseado em reflexão de Sousa; Conceição (2010).

a) **1º estágio:** A primeira atividade adicionada à jornada de trabalho na produção de pepinos é o preparo do solo (Figura 4). Trabalham nessa etapa o pai, mãe e jovem. Seguido a isso, inicia-se o processo de construção da estrutura física que compõe a base da roça do pepino, com implantação de palanques (feitos de eucalipto e muitas vezes retirados da própria propriedade da família, algumas vezes é necessária à compra do mesmo) e arames de aço para criar a parede onde se prenderão os pés de pepino e, por fim, amarrar os fios de *nylon* (conhecidos como fitilhos) que servirão de condutores durante o crescimento dos pés de pepino até o topo da parede. Nesta fase algumas famílias acabam tendo que contratar mão de obra para dar conta de todo o serviço.

Figura 4: Preparo do solo e infraestrutura para plantio dos pepinos



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

b) **2º estágio:** O segundo estágio de trabalho na produção de pepinos é o plantio e amarração dos fitilhos (Figura 5). O trabalho em si foi relatado não ser cansativo, porém

a aplicação de venenos é intensa é necessário pulverizar com os pesticidas e o hormônio com maior frequência. Trabalham nessa etapa todos os membros da família envolvidos na produção. O homem, sobretudo, com o manuseio dos venenos e hormônios. Em alguns casos contratam-se diaristas.

Figura 5: Preparo da infraestrutura: amarração dos fitilhos



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

c) **3º estágio:** O terceiro estágio é voltado para o crescimento das plantas de pepinos (Figura 6) e quando eles atingem tamanho suficiente são amarrados aos fitilhos, esse estágio exige acompanhamento diário. O cuidado se volta para manter a irrigação e pulverização dos agrotóxicos e a poda da planta. Este processo é considerado como um trabalho mais leve, porém muito degradante, já que o trabalho é feito agachado, sob o sol e com aplicação de agrotóxicos (algumas vezes sem o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI). Nesse estágio trabalham todos da família, poucos são os casos de contratação de diaristas.

Figura 6: Primeira fase do crescimento das plantas de pepino



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

d) **4º estágio:** O quarto estágio o processo de pulverização é intenso. O trabalho da colheita envolve toda a família. Em grande parte dos casos (cerca de 90%) também é necessário contratar mão-de-obra dos vizinhos para auxiliar neste período de colheita a fim de que se colha em tempo hábil para que não haja perda de produção por pepinos que estejam fora do padrão adotado pela empresa. E a colheita deve ser concentrada durante o período do início da manhã e do final da tarde, em grande parte dos casos o estágio da colheita vai até às 22 horas. Os pepinos são colhidos, carregados no carrinho de mão e transportados até o local de armazenamento (Figura 7), que geralmente é a área da residência da família onde os pepinos são depositados para depois serem ensacados e levados até a empresa.

Figura 7: Pepinos colhidos e sendo carregados para armazenamento



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

É importante considerarmos que também observamos uma divisão técnica de trabalho na produção dos pepinos não só no lote no qual realizamos nosso estudo. Nas visitas que fizemos à família sempre nos preocupamos em perguntar por qual tarefa dentro dessa lógica de produção cada membro da unidade familiar era responsável¹⁴. Em grande parte das vezes os homens sempre ficavam responsáveis pela aplicação dos venenos, mas também, trabalhavam durante a montagem da estrutura, no plantio e na colheita. Já as mulheres se responsabilizam pelas tarefas de plantar e colher, além do serviço doméstico. Os jovens e/ou filhos ajudam mais durante a colheita quando o trabalho se torna bem mais intenso.

Tavares dos Santos (1984) compreende a subordinação do trabalho atribuindo-as as características da subordinação formal e real do trabalho ao capital que amplia a jornada de trabalho familiar.

Num primeiro momento têm-se a subordinação formal do trabalho ao capital na medida em que o capital ainda não domina toda a forma social da produção:

O capital subordina o processo de trabalho tal como ele se desenvolvia anteriormente e, ao subordiná-lo, imprime ao processo de trabalho já constituído duas marcas. Por um lado há uma maior continuidade e uma crescente intensidade do trabalho [...]. Por outro lado, para se aumentar a taxa de exploração do trabalho, deve-se recorrer ao aumento da jornada de trabalho, a fim de dilatar o tempo de trabalho excedente, gerando uma mais-valia absoluta (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 127).

Marx (1985) estabelece que a produção da mais-valia absoluta corresponde à submissão do trabalho formal e que a submissão real do trabalho ao capital era consequência da produção da mais-valia relativa, nesta fase, a subordinação se desenvolve pelas relações sociais entre os capitalistas e os detentores da força do trabalho, em nosso caso de estudo, a relação entre a empresa e as famílias camponesas. “Ao especializar-se em busca do lucro, o sistema do capital encontrou no campo formas de apropriar-se da terra e do trabalho do camponês com o intuito de garantir sua reprodução ampliada” (SOUSA, CONCEIÇÃO, 2010, p.69).

Sendo assim, o camponês tem sua condição de trabalho explorada pelo capital. Tavares (1984) ainda nos afirma que o processo de trabalho continua sendo o mesmo, ou seja, o lote e a força de trabalho continuam pertencendo ao camponês, no entanto, “o modo de produção capitalista imprime uma determinação fundamental ao processo de trabalho camponês, [...], além disso, verifica-se um controle parcial sobre o

¹⁴ Especificaremos mais adiante construído um relógio da jornada de trabalho de cada membro da família.

processo de trabalho camponês, exercido pelo capital industrial” (TAVARES, 1984, p. 129).

Além da subordinação do trabalho, a empresa controla a família através da imposição via empréstimo de venenos. Durante a safra, as famílias recebiam visitas periódicas do técnico que os instruíam sobre formas de trabalhar na produção e o manuseio de aplicação dos venenos, lembrando que, além dessa instrução de como produzir os camponeses estavam também submetidos à ação dos agrotóxicos e o ritmo de crescimento dos pepinos.

A permanência no cultivo do pepino muitas vezes se faz necessária pela dívida que os produtores adquiriram junto à empresa, pois “para o camponês, estar endividado é sinônimo de vergonha” (BOMBARDI, 2004, p. 258), o seria algo que afetaria, de forma subjetiva, as suas relações culturais e sociais em comunidade. Ikuta (2018) lembra muito bem que o endividamento é um dos principais aspectos que determina a integração do camponês, trazendo como exemplo o que ocorre na fumicultura:

Com o endividamento, o fumicultor se mantém atrelado a esse sistema e, assim, ano a ano ele, inclusive, se obriga a aumentar a produção no intuito de que os resultados o permita sanar suas dívidas. É com esse processo que garante a acumulação de capital da empresa. (IKUTA, 2010, p. 149).

Devemos lembrar que parte do endividamento acontece por conta dos gastos que a família necessita pagando diaristas, muitas vezes, por conta da intensa jornada de trabalho – como iremos relatar mais a frente –, surge a necessidade de contratar alguém em períodos específicos, como a montagem da estrutura inicial, poda e colheita para contribuir com o trabalho da família. Alguns assentamentos, como por exemplo, Margarida Alves, no município de Mirante do Paranapanema, parte das famílias continuaram produzindo pepinos para sanar as dívidas que possuíam.

Deste modo, parte de sua renda é destinada a cobrir os gastos iniciais que foram antecipados pela empresa, lembrando que o valor pago pela empresa as famílias integradas é definido por ela mesma. Para Almeida (2005) a definição de preços é um dos principais mecanismos para manter o controle e exploração dos camponeses.

A relação da empresa nos primeiros assentamentos era realizada sem contrato, eram assinadas apenas notas promissórias. Rosana foi um dos últimos municípios a iniciar a produção e com este a empresa estabelece contrato assinado judicialmente. Entretanto, o que temos analisado é que a não firmação de contratos

legais pode se configurar como uma estratégia da empresa, para que isso facilite suas manobras de manutenção do controle sobre o trabalho e a renda destas famílias.

2.3. O trabalho das mulheres no campo dos pepinos: A (in) visibilidade das relações de trabalho da mulher que vive no assentamento

Neste trabalho, encontramos a necessidade em pautar o trabalho feminino na produção e nas decisões no interior do lote. Em nossa pesquisa de campo conseguimos afirmar a dupla jornada de trabalho da mulher, ela trabalha na produção seja ela no pepino ou em outras atividades e realiza todo trabalho doméstico.

As mulheres desempenham um papel fundamental no campo, estão mais organizadas em busca de conquistarem direitos, possuem mais autonomia dentro do lote e exercem importância na realização de atividades contribuintes para a renda da família como, por exemplo, produção de alimentos “elas são as principais fornecedoras de comida, encarregadas de trabalhar na terra, guardar as sementes, processar os alimentos, coletar os frutos, obter água, cuidar do rebanho e vender no mercado” (ESTEVE, 2017, p. 70). Entretanto, ainda existem muitas desigualdades no campo brasileiro, para explicar essa afirmação iremos fazer uma linha do tempo informativa que marcará as principais datas que representam a luta e organização feminina no campo, estas que ocorrem concomitantes ao movimento feminista no Brasil.

A organização das mulheres camponesas iniciou-se por volta de 1979, pouco tempo depois da popularização do feminismo no Brasil. Os primeiros encontros com pautas voltadas para “dar voz”¹⁵ à mulher do campo desencadearam no início da década de 1970 nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e com grupos de mulheres que se organizavam através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos encontros as camponesas levavam pautas nas quais queriam questionar a injustiça social. Contudo, a principal estrutura no campo era o sindicato Rural e “na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluído licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres rurais” (REFATI *et.al*, 2017, p.87).

¹⁵ Ao se tratar de dar voz queremos dizer aos momentos de diálogos com as mulheres para levarem questões importantes pautadas sobre seu gênero.

Outra data importante foi à caravana liderada pelo Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) – Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Ela ocorreu em 1986 com cerca de cem (100) mil mulheres camponesas que se destinaram à Brasília para reivindicar programas e benefícios que visassem à mulher do campo. No ano de 1988 aconteceu o Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Brasília, Distrito Federal – as mulheres fizeram um forte lobby¹⁶ ao artigo constitucional que estabeleceria direitos as camponesas. Algumas conquistas de imediato foram o direito das mulheres do campo a reforma agrária, direitos iguais a homens a mulheres em relação à legislação do trabalho bem como direito a previdência social.

Posteriormente a Constituição de 1988 as mulheres continuaram exigindo direitos e em 1990 o movimento de mulheres do campo e o movimento feminista articularam-se formando em 2004 um grande movimento denominado de Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC). O termo **camponesas** ficou definido por contemplar a heterogeneidade das mulheres que representam o campesinato, as agricultoras, as assalariadas rurais, pescadoras e extrativistas, e a associação das atividades de subsistência e comercialização do trabalho familiar (BONI e BOSETT, 2003).

Na década de 1990 no interior do MST abrem-se discussões às questões de gênero principalmente pelo aumento das mulheres nas lideranças e participações no movimento. Porém, apenas 12% dos lotes estão no nome das mulheres, embora elas tivessem uma participação significativa nas discussões (SCHEWENDLER, 2009), cabe destacar que o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) visa em seu documento desenvolver alternativas que sanem as desigualdades impostas às mulheres do campo, uma das ações foi a titularização do lote em nome do conjuge, além de um conjunto de políticas públicas para elas.

Pensamos então que a luta pela igualdade de gênero nos assentamentos rurais deve ir muito além, o debate que as mulheres estão promovendo é extremamente importante para ampliar a participação delas na transformação social, não apenas conscientizando, mas ocupando os lugares de luta.

A mulher não é mais a mesma antes e depois do acampamento, neste processo ela vai construindo a sua consciência na busca da visibilidade, demonstrando que também é capaz de cuidar da roça, garantindo a sobrevivência da família junto com seu companheiro, ou se mantendo mesmo que seja solteira (REFATI *et.al*, 2017, p. 85).

¹⁶ Lobby político é uma reivindicação de direitos feitos democraticamente para atender demandas a um determinado grupo em questão. Cf. <https://www.significados.com.br/lobby/>.

Com esse contexto da luta da participação feminina a partir de 1990 o MST assume uma nova postura aos assuntos das mulheres. No ano de 1996 as mulheres muito mais organizadas organizaram o I Encontro Nacional das Mulheres do MST em que configurou o debate de gênero muito mais presente nas discussões e reflexões. Em 1999 é criado no interior do movimento o Coletivo de Gênero (BONI e BOSETT, 2003).

O objetivo do coletivo inicial do coletivo era promover reflexões destinadas às relações de gênero que contribui para o empoderamento das mulheres dada sua participação em assembleias, associações e até mesmo em atividades de trabalho e decisões realizadas no interior dos lotes (BONI e BOSETT, 2003), realidade concretizada a partir das lutas do dia 08 de Março.

Em escala estadual uma das organizações das mulheres é denominada de Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP), ela é oriunda das lutas e ações que já pautamos neste artigo e bem antes de ser constituída legalmente já vinha se manifestando em formas de reivindicações, cabe frisarmos que a organização tem todo apoio e parceria do ITESP. O objetivo da organização é também de promover e garantir os direitos das mulheres que vivem no campo.

Foi importante realizarmos está cronologia da luta e organização e do movimento das mulheres camponesas especificamente no Brasil e do estado para trazermos reflexões da nossa realidade local de estudo. Ao trazer essa trajetória de lutas das mulheres em contexto nacional para o Assentamento São Paulo poucas são as que participam da associação e nas discussões de interesses no assentamento.

Atualmente no assentamento existe a associação das mulheres nomeada como **União das Produtoras Rurais do Assentamento São Paulo** (Figura 8). Elas começaram a se organizar em junho de 2018 e oficializaram o registro do movimento dia 19 de julho do mesmo ano. No início do movimento haviam 29 mulheres e até o presente momento 40 mulheres participam da associação com idades de 19 a 73 anos. A própria presidenta nos concedeu uma entrevista que merece ser registrada:

“A gente aqui vive no movimento e eu fui liderança do Movimento Sem-Terra né? Com o atual momento que o assentamento vive, eu disse “vamo fazer alguma coisa mulherada”. Eu tomei a frente sou a presidenta a mulherada me acompanha em tudo, temos uma força esse movimento. Tivemos uma reunião com representantes políticos e exigimos uma máquina agrícola um trator, porque a gente dependia do da

prefeitura e a demanda é muito grande [...] aí dia 05 de julho chegou o trator! Ai surgiu à necessidade de uma quadra para as pessoas fazerem academia, para os idosos e as crianças. A prioridade aqui é a saúde e aqui é muito ruim. Os médicos vem a cada quinze dias e nem todos mês ele vem, as enfermeiras vem, mas a gente precisa do médico. O espaço é ruim, não tem lugar para fazer preventivo, não tem um consultório médico aí eu corri atrás né? Falei com secretário de segurança, com a prefeita, vereador. Ai ganhamos um consultório médico! Gabinete dentário, ganhamos a sala de preventivo, os sanitários, tudo. Agora só falta montar” (Presidenta da Associação, camponesa assentada, entrevista concedida em 22 de novembro de 2018).

Esse relato nós faz refletir sobre a importância da organização das mulheres, além disso, o movimento conseguiu materiais para melhorar a infraestrutura do salão comunitário. A presidenta afirma que é importante a participação das mulheres em organizações para sua própria autonomia e empoderamento, *“temos mulheres aqui porretas, se você falar “vamos agora” elas pegam e vai”* (Presidenta da Associação, camponesa assentada, entrevista concedida em 22 de novembro de 2018). Outra conquista importante da associação foi a futura inauguração da Central de Abastecimento (CEASA) para o município de Epitácio.

Figura 8: Mulheres associadas na UPRASP



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

É necessário frisarmos que embora tenhamos escolhido apenas um lote para realizarmos o estudo, tivemos a oportunidade de visitar todas as famílias que estão integradas aos pepinos. Por isso, consideramos a importância à participação das mulheres em organizações e associações.

A titularização dos lotes em grande parte está no nome das mulheres, entretanto, são poucas as que têm autonomia nas atividades de produção bem como no lote de estudo. A maioria delas “*ajudam*” na produção, porém como papel secundário. O trabalho produtivo como tomada de decisões e a comercialização é de incumbência do homem (as mulheres também contribuem com essas atividades, mas com uma característica invisibilizada) e o trabalho reprodutivo tais como, o trabalho doméstico (limpar a casa, lavar roupa, fazer comida) e cuidado com os filhos é de extrema responsabilidade da mulher.

As mulheres camponesas, durante séculos, têm sido responsáveis pelas tarefas domésticas: cuidado das pessoas, alimentação de suas famílias, criação de gado, cultivo de subsistência e comercialização de alguns excedentes de suas hortas, se encarregando do trabalho reprodutivo, produtivo e comunitário, e ocupando uma esfera privada e invisibilizada (ESTEVE, 2017, p. 81).

Temos com a divisão sexual do trabalho a exposição da mulher a condição de subordinação pela autoridade do marido, ou seja, o trabalho da mulher é em muitos casos definido apenas como uma ajuda familiar¹⁷ mesmo que na maioria das vezes elas trabalhem nas mesmas condições e proporções que os homens, realizando as mesmas atividades (BRUMER, 2004). Dessa forma, podemos caracterizar a dupla jornada de trabalho da mulher, pois além assumir atividades na produção, no caso, do pepino para gerar renda, ela também continua encarregada do trabalho doméstico.

Outro aspecto interessante que Esteve (2017) destaca sobre essa subordinação da mulher dentro dos assentamentos é que ela é um sujeito privado, isto é, todas as atividades em caráter privado tais as que já destacamos neste capítulo como; trabalho doméstico, cuidado com os filhos e família, cuidado com a saúde da família, na maioria das vezes é todo sobre responsabilidade da figura feminina, enquanto os homens é uma figura pública, sua estabelece relações muito mais incisivo com a comunidade, o trabalho assalariado, participação em associações etc.

¹⁷ Ministério de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, 2011.

A partir desta realidade o trabalho da mulher é invisibilizado. Se pensarmos na escala da renda individual na maioria das vezes a mulher não possui independência econômica, elas não recebem remuneração alguma diretamente pelo trabalho no qual realizam ficando a mercê dos maridos (ESTEVE, 2017).

É importante refletirmos que isso é reflexo do patriarcado no qual impõe a mulher quais ocupações as mesmas devem assumir, bem como já frisamos, na maioria das vezes o trabalho de casa são assumidos exclusivamente por elas, além de que o patriarcado impõem um padrão de mulher “bela, recatada e do lar”, como Esteve (2017) pontua a “boa” mulher precisa ser mãe, esposa, avó abnegada, sacrificada e altruísta ao não cumprir seu papel na sociedade patriarcal são reprovadas em seu papel de “bela, recatada e do lar”.

Fica estabelecida uma clara hierarquia entre trabalhos de primeira e “labores” de segunda. São impostas tarefas específicas, valorizadas e não valorizadas, visíveis e invisíveis, dependendo do nosso sexo. A alimentação, o cozinhar em casa, as comprar de comida, as pequenas hortas para o autoconsumo fazem parte desses trabalhos e cuidados, que não são valorizados ou vistos, mas que são essenciais (ESTEVE, 2017, p. 92).

Em linhas gerais refletir o trabalho da mulher nos assentamentos possibilita a visibilidade do importante papel que elas desempenham permitindo a atenção sob a opressão em que elas estão inseridas, fruto de uma sociedade patriarcal. É importante sim consideramos que hoje elas são muito mais autônomas e estão à frente de muitas organizações e decisões, e não que antes, não desempenhassem um papel fundamental no assentamento e no interior do lote, muito pelo contrário, porém com o debate de gênero e a associação das mulheres elas conseguem atualmente levar à tona essas questões. Porém, se pararmos para pensar há muitos saltos ainda para serem dados.

2.4 O trabalho da família na integração destrutiva

A rotina trabalho da família na integração destrutiva segue o calendário determinado pela empresa. Este segmento do capítulo irá apresentar relações que demonstrem como é o trabalho da família na produção de pepinos e como a mesma vivencia diariamente o trabalho sem esse tipo de cultivo (período entressafras).

A família iniciou o cultivo de pepinos devido ao desaparecimento do PAA no assentamento, acreditamos que seja necessário pontuar que se o programa ainda existisse eles não se integrariam ao modelo destrutivo de produção. A integração surgiu

como uma alternativa de renda para o sustento da família e a permanência na terra. A primeira safra foi realizada em 2015 e atualmente é cultivada a quarta safra. Devido à experiência ruim nas duas primeiras safras que corresponderam o período de geada foi optado por realizar o plantio apenas em períodos mais quentes (outubro a novembro).

Os gastos por safra correspondem a pouco mais de 5 mil reais (quadro 01) e as dívidas com a empresa foram quitadas com as safras anteriores. A permanência na produção dos pepinos se refere à renda que a família está conseguindo “tirar” para se manterem no lote, conseguindo receber cerca de 2 mil reais livre por safra. O quadro a seguir representa os gastos da família frente a cada safra (cerca de 6 mil pés):

Quadro 1: Gastos por safra – Família 2

Componentes/Meios de produção	Total (R\$)
Estrutura	350, 00
Agrotóxicos	700 a 1.000,00
Insumos da empresa	3.000 a 3.300
Mão-de-obra	900,00
Frete	100,00
Total de gastos aproximados	R\$5.650,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organização: Martins, 2018.

Se compararmos a renda da família obtida com o PAA e com a produção de pepino podemos afirmar que com o programa as famílias garantiam uma renda relativamente maior, a família destacou que o valor girava em torno de 6 a 8 mil reais e além disso o trabalho não era degradante como o dos pepinos.

Especificamente falando sobre a jornada de trabalho, a pesquisa comprovou que a família vivência uma intensa jornada de trabalho, principalmente em períodos da poda e condução das plantas e a colheita necessitando da contratação de mão-de-obra. Períodos de plantio e montagem da estrutura são considerados mais simples, entretanto degradantes fisicamente pelo fato da posição que necessita ficar. Os relatos da família comprovam:

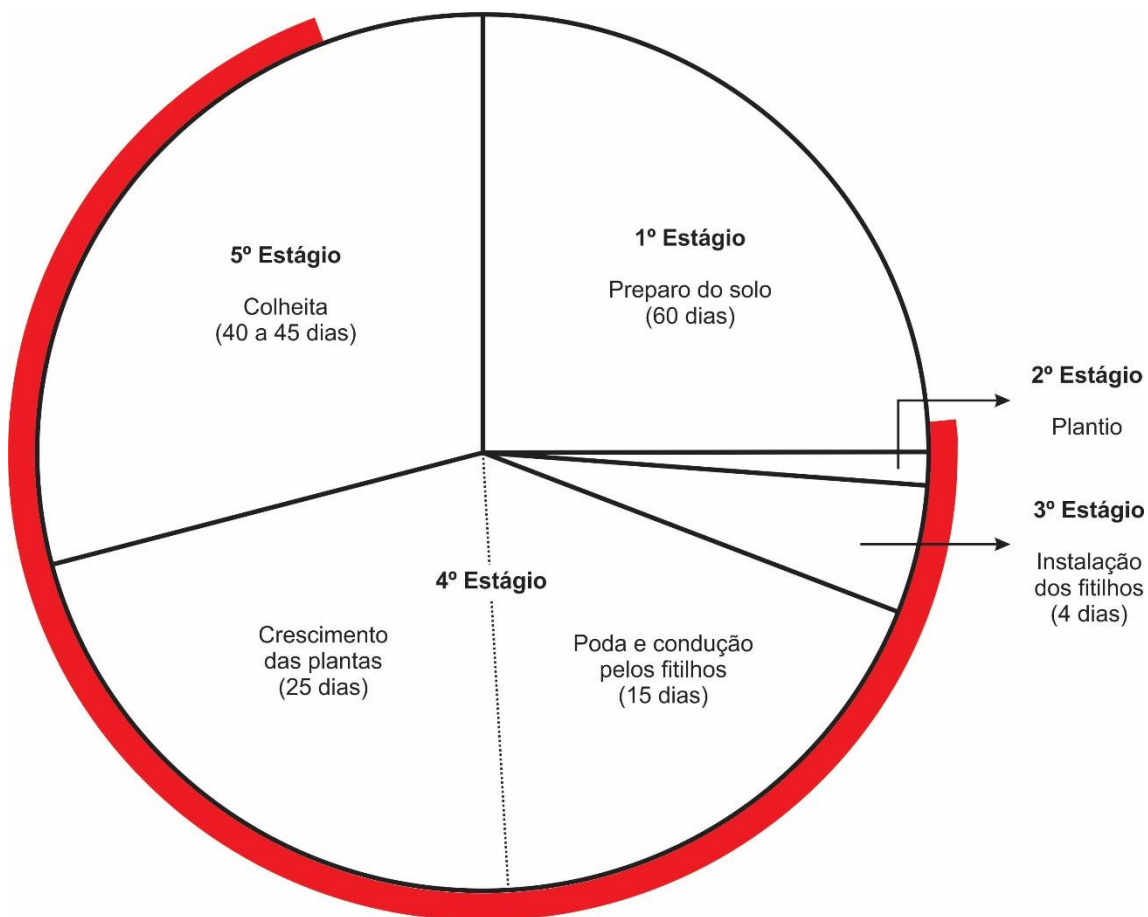
“Se você ficar um dia sem colher, no outro você perde. Perder um dia de colheita, perdeu produção (Entrevistado Paulo, camponês

assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).”

“Teve vez que a gente colheu cedo, aí a tarde passamos com a carruola para pegar mais ... na época de calor ele cresce muito rápido (Entrevistado Paulo, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).”

A pesquisa de campo nos permitiu realizar um calendário da produção de pepinos. Com eles dividimos o trabalho nos pepinos em 150 dias considerando 60 dias de preparo do solo e os 90 dias de trabalho com a produção de pepinos. Desse modo, observe a ilustração a seguir:

Figura 10: Calendário da imposição de trabalho para a produção de pepinos¹⁸



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organização: Martins, 2018.

¹⁸ É necessário salientar que o calendário não foi desenvolvido pela proporção dos dias e sim pela intensidade do trabalho no qual a família relatou.

A ilustração possibilitou uma visualização didática sobre o cultivo de pepinos, entretanto é necessário relatar todas as atividades realizadas em cada estágio. Portanto, leia a descrição abaixo:

- a) **Preparo do solo:** O preparo do solo quando a empresa avisa a família os meses certos de produção dura cerca de 60 dias. As atividades realizadas são: tombação de terra, adubação (realizada com fertilizante e esterco de galinha), enlonação do solo, montagem da estrutura. Neste estágio trabalha toda a família sem a necessidade da contratação de mão-de-obra.
- b) **Plantio:** No momento do plantio a família contrata diaristas durando um dia de trabalho. A atividade neste estágio é a semeadura (lançar as sementes no solo).
- c) **Instalação dos fitilhos:** A família instala os fitilhos logo após a semeadura. Essa atividade dura 4 dias de trabalho. E a família o considerou leve, porém cansativo. Mulher, homem e jovem realizam essa atividade.
- d) **Poda e condução pelos fitilhos:** Essa atividade dura 15 dias necessitando do envolvimento de toda famílias. Em alguns dias surge a necessidade da contratação do diarista. Esse período foi considerado de trabalho intenso, cansativo manifestando dores nas pernas, costas e cabeça. Ela é realizada agachada e durante os dias com o crescimento das plantas é realizada a posição de agachar e levantar o dia todo.
- e) **Crescimento das plantas:** O crescimento das plantas dura cerca de 25 dias e é considerado uma atividade mais leve que exige acompanhamento e pulverização diariamente, expondo a família à riscos de intoxicação.
- f) **Colheita:** O último estágio da safra de pepinos é a colheita e também é o mais intenso. Para não que não tenha perdas de produção é necessário trabalhar o dia todo extrapolando a rotina da família. O trabalho se inicia às 06h00 da manhã e vai até às 22h00 da noite. As atividades realizadas são a colheita e ensacamento dos pepinos. Além de organizar e enviar para empresa (frete).

É necessário pontuarmos que em todos os estágios de trabalho há a aplicação de venenos (pulverização e irrigação).

A jornada se inicia entre 04h50 e 05h00 da manhã. O trabalho doméstico é responsabilidade da mulher, porém em estágios mais intensos da produção o jovem contribui com esse trabalho, principalmente com o preparo das refeições. O cuidado com a família (preparar os filhos para ir à escola, cuidar da saúde, se preocupar com o bem-estar) também é de incumbência feminina, do mesmo modo que ela trabalha em todos os momentos da safra de 90 dias revelando a tripla jornada de trabalho.

O jovem trabalha na produção principalmente em horários vespertinos e noturnos, pois no período da manhã ele está na escola. O homem trabalha em funções externas da casa e com a aplicação dos venenos.

Percebemos que a jornada de trabalho na produção de pepinos é homogênea e que a família e a divisão de trabalho se adaptam a essa imposição. Muitas vezes os jovens deixam de ir até a escola para contribuir com a rotina da família, o receio das perdas e a autoculpabilização, por isso, atribuímos também às estratégias de subordinação da família. Em períodos entressafras a família tem mais tempo para descanso, para realização de outras atividades e a mulher, sobretudo para cuidados pessoais.

Construímos como forma de representar a degradante e extenuante jornada de trabalho, relógios individuais de todos os envolvidos na produção. Eles irão ilustrar a rotina de trabalho da família na produção de pepinos e no período entressafras no qual a o envolvimento em outras atividades consideradas como a realização pessoal, como bem especificamos anteriormente. É importante destacar que no período entressafras utilizamos diversas colorações em um mesmo período, pois a família se envolve em diferentes atividades, por exemplo, a mulher há dias que ela se dedica em cuidados com a beleza e dias que ela prepara pães e doces. O homem alguns dias trabalho no interior do assentamento e outros em atividades no interior do lote.

Com esse relógio da mulher representamos sua tripla jornada de trabalho que se divide em: cuidado da família, trabalho doméstico e o trabalho na produção dos pepinos. Em ambas as jornadas a mulher acorda o mesmo horário, entretanto observa-se um descanso significativo no período entressafras.

As atividades realizadas nos estágios de produção seguem o modelo que especificamos acima sobre o calendário de modo geral. O trabalho doméstico ocorre durante os preparos das refeições, por sua vez acontecem fragmentados, ou seja, a roupa é lavada a cada 10 dias, a casa é limpada nos intervalos e o descanso acontece somente

na hora de dormir. Em todo momento durante a entrevista o trabalho dela era tido como ajuda ao marido.

Comprovamos que o trabalho dela é invisibilizado, embora ela tenha três jornadas de trabalho. No período entressafras ela tem atividades que visam o bem-estar dela, como o descanso e os cuidados pessoais (pintar a unha, lavar o cabelo, cuidar da pele e do corpo). Outra atividade que ela se sente realizada é com a produção de doces e pães que muitas vezes são vendidos para complementa da renda da família.

O relógio do homem apresenta uma intensa jornada de trabalho, porém existem momentos em que ele compreende em sua rotina horários de descanso e cuidados pessoais (lavar o cabelo e fazer a barba). Ele não realiza nenhum tipo de trabalho doméstico e não se responsabiliza pelo cuidado da família (cuidar dos filhos, da rotina da família, etc.).

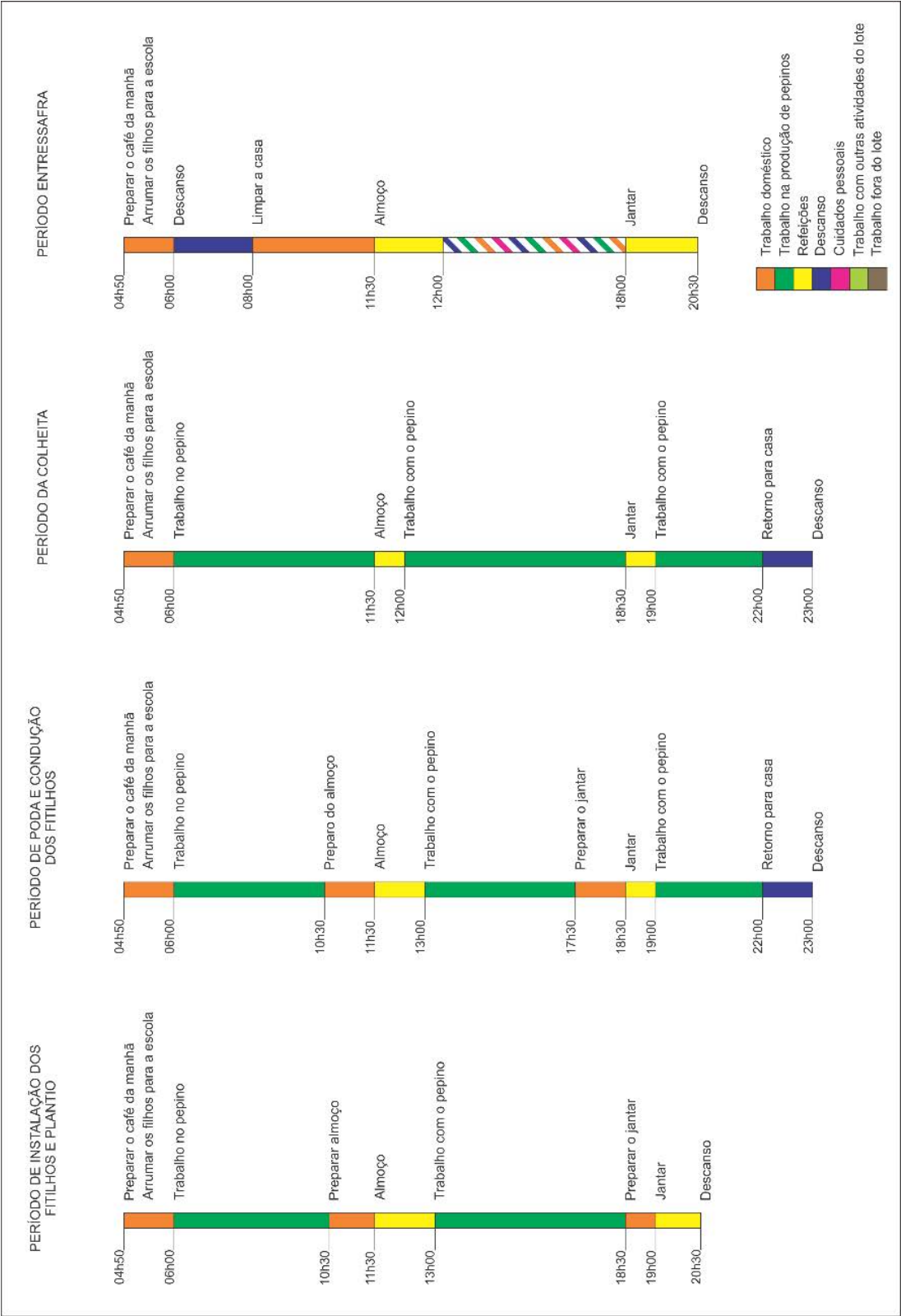
No período entressafras ele realiza produção de alimentos no lote que são comercializados no próprio assentamento ou em alguma feira do município, porém garante que a renda é mínima para a família. Para complemento de renda desenvolve atividades como diarista também no próprio assentamento (ajuda com a plantação da cana-de-açúcar e fiz pequenos fretes com o carro picape).

Há de se lembrar, que o trabalho no pepino ele realiza as mesmas atividades que a mulher, mas diferente dele ele é visto como o trabalhador no pepino. A aplicação dos venenos é de sua responsabilidade.

O jovem compreende uma jornada significativa ao que diz respeito sobre trabalho degradante. O período da manhã ele tem o momento que dedica para seu cuidado pessoal (tomar banho e se preparar para escola) e passa o matutino e período do vespertino na escola. No período da produção destrutiva ao chegar da escola tem pouco tempo para o ao almoço e vai direto para a roça de pepinos. Observaram-se o período da colheita considerado um dos mais intensos há dias que ele nem vai para a escola para contribuir com o trabalho dos pais.

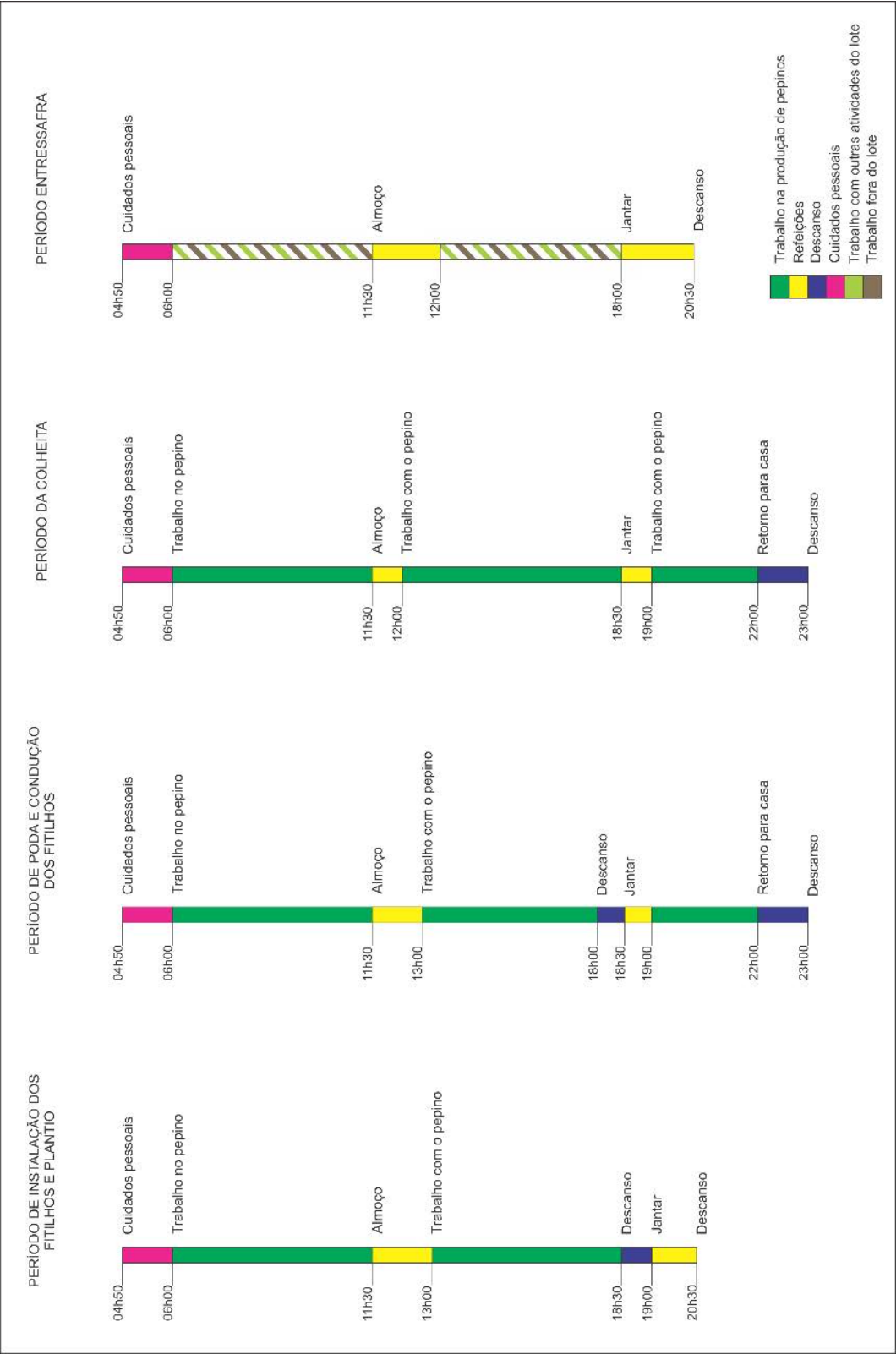
Nos estágios iniciais ele ainda consegue tirar um momento do dia para realizar atividade extraclasse. No período entressafras a rotina é agradável segundo ele, o mesmo consegue realizar os estudos e, além disso, cuidar de alguma produção do lote decida por ele.

Figura 11: Relógio da jornada de trabalho da mulher



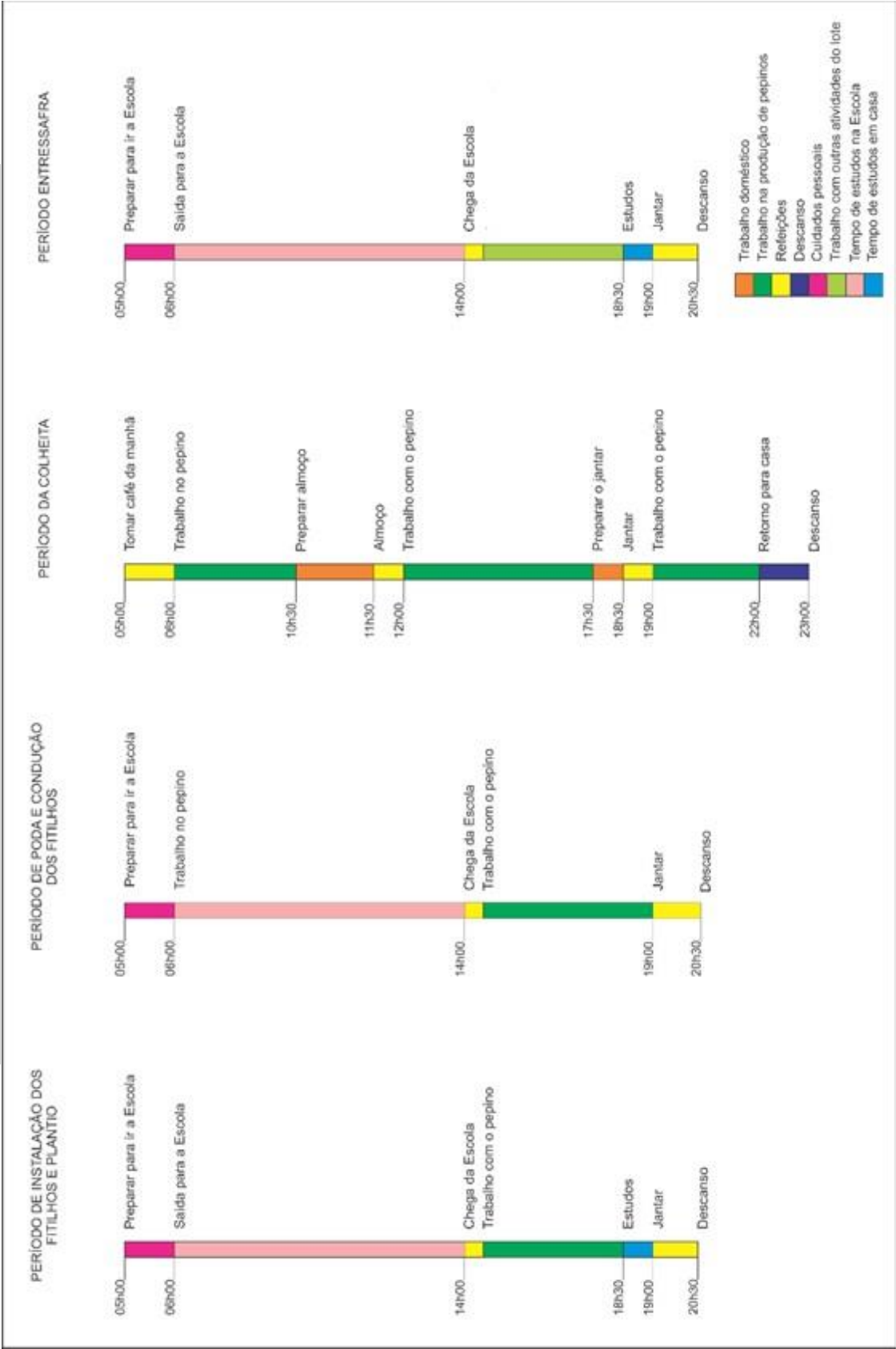
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
Organização: Martins, 2018.

Figura 11: Relógio da jornada de trabalho do homem



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
Organização: Martins, 2018.

Figura 11: Relógio da jornada de trabalho do jovem



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
Organização: Martins, 2018.

É importante visibilizarmos o impacto que a integração destrutiva causa na vida do jovem, ele em alguns momentos precisa faltar da escola para contribuir com o trabalho da família, além de realizar o trabalho doméstico (preparar a refeição, varrer a casa e lavar a louça) nos períodos mais intensos de produção.

Em tese, os relógios representaram como é uma jornada de trabalho na produção de pepinos relacionando com o período em que a família não está submetida ao que dizemos integração destrutiva. Percebemos que há uma divisão de trabalho, contudo exposta a riscos e desigual no sentido da questão de gênero.

Em ambas as rotinas de trabalho mulher realizada mais que uma jornada, ela trabalha na casa e no pepino e cuidada da rotina de toda família. Há uma intensificação na rotina de trabalho do homem e do jovem. Consideramos com essa preocupação minuciosa que a empresa capitalista impõe uma jornada de trabalho degradante sua principal estratégia de subordinação que propicia a desigualdade de gênero e a exposição a riscos.

Capítulo 03

Veneno e Saúde

3.1 Agrotóxicos e a produção de alimentos

Neste capítulo iremos contextualizar outra problemática do nosso trabalho, o uso excessivo de venenos para a produção de pepinos. Daremos uma atenção especial em trazer o levantamento dos venenos impostos e aos riscos à saúde que os camponeses estão expostos. Também iremos fazer um resgate do uso de venenos no Brasil para aproximarmos ao nosso caso de estudo traçando aproximações à produção de alimentos.

“Agrotóxicos são produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos que têm finalidade de alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos¹⁹”. A própria lei inibe os problemas que são a utilização de agrotóxicos, ou seja, pelo que é descrito no decreto o utilização dos agrotóxicos apenas causa alterações. A utilização de agrotóxicos se insere nos moldes da Revolução Verde conhecida como a modernização conservadora tomada pelos atributos agroquímicos e mecânicos²⁰. No entanto, (ROSA; PESSOA; RIGOTTO, 2010) desde a Antiguidade Clássica os camponeses e agricultores sempre procuraram e desenvolveram maneiras para lidar com as pragas que viviam em suas plantações, há registros que a partir do século XVI inicia-se a utilização de substâncias orgânicas na produção.

As transformações na agricultura no Brasil tiveram início na década de 1950, entretanto sua efetivação mais significativa ocorreu a partir de 1970 sob uma política de estímulo “associada a novas tecnologias que trouxe um grande impulso a várias culturas, principalmente às destinadas à exportação” (RUEGG, 1991, p. 07) o que tornou as práticas de produção das famílias camponesas a adotarem os pacotes tecnológicos que “obrigavam os agricultores a adquirirem insumos e equipamentos, muitas vezes desnecessários” (RUEGG, 1991, p. 07). Dessa forma:

O processo de modernização da agricultura, conduzido pelos interesses de grandes corporações transnacionais, configurou-se o agronegócio enquanto um sistema que articula o latifúndio, a indústria química, metalúrgica e de biotecnologia, o capital financeiro e o mercado, com fortes bases de apoio no aparato político-institucional e

¹⁹ Decreto n. 4.074, de 4/01/2002 - Lei n. 7.802/1989.

²⁰ Cf. Thomaz Junior (2010)

também no campo científico e tecnológico. Este sistema ampliou a monocultura, a concentração de terras, de renda e de poder político dos grandes produtores. Elevou também a intensidade do trabalho, a migração campo-cidade e o desemprego rural. Por outro lado, a apropriação dos frutos dessa produtividade reverteu-se em aumento dos lucros capitalistas, para grandes proprietários rurais e as multinacionais envolvidas (ROSA; PESSOA e RIGOTTO, 2011, p. 218).

Foi com os frutos desse processo que a incorporação dos insumos e “defensivos agrícolas” objetivou o aumento da produtividade das culturas em curto prazo e ampliou o mercado interno e externo das indústrias agroquímicas caracterizando as empresas que controlam e comandam o mercado dos agrotóxicos.

É imprescindível salientarmos que essas empresas são de capital estrangeiro, como por exemplo, Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha) e tantas outras que expandem e comercializam seus produtos no país, revelando dessa forma como apresenta Bombardi (2011) à monopolização da agricultura brasileira sob o capital internacional.

Antes desse modelo de produzir se apropriar do campo a agricultura acompanhava a natureza “a terra era o meio de produção mais significativo e o processo de produção dependia mais das condições naturais existentes do que devido aos incrementos artificiais” (GARCIA, 2001, p. 36). Vale destacarmos que o uso de agrotóxicos na agricultura advém principalmente pela expansão da produção de *commodities*, no país cerca de 70% dos venenos comercializados no país são destinados a essa produção. O avanço dos agrocombustíveis demonstra que a terra perdeu o caráter exclusivo de produção de alimentos para se transformar em matéria prima para a produção de energia.

O uso de agrotóxicos no Brasil é alarmante desde 2009 o país consome aproximadamente 1/5 de agrotóxicos (ABRASCO, 2015) liderando o *ranking* de consumo escala na mundial, 14 tipos de venenos utilizados no país são proibidos nos demais países. A maior parte desse consumo é destinada ao setor agropecuário, especialmente nos sistemas de monocultivo em grandes extensões²¹.

Atualmente o glifosato é o agrotóxico mais comercializado no país sua venda no ano de 2014 corresponde mais de 194.877, 84 de toneladas²² e seu consumo vêm aumentando cada vez mais nos últimos anos. Seus compostos químicos trazem

²¹ Rosa; Pessoa e Rigotto (2011), p. 218.

²² Bombardi (2017).

muitos malefícios para a saúde humana em alguns países sua comercialização é extremamente proibida. A cultura que mais utiliza agrotóxico no país é a soja, seguido dela aparecem o milho e a cana-de-açúcar. Bombardi (2017) nos aponta que o Brasil é um país caracterizado como um mercado menos restritivo para o consumo dos agrotóxicos.

Um dado fundamental a este respeito é que no Brasil tem-se 504 Ingredientes Ativos com registro autorizado, ou seja, de uso permitido. Entretanto, destes, mais de uma centena deles são proibidos na União Europeia, precisamente 149. Portanto, 30% de todos os Ingredientes Ativos (agrotóxicos) utilizados no Brasil são proibidos na União Europeia (BOMBARDI, 2017, p. 39).

Em linhas gerais além da preocupante quantidade de agrotóxicos no Brasil existe também a qualidade da sua utilização, ou melhor, a forma como eles estão sendo utilizados no país, por exemplo, no Brasil a pulverização aérea é permitida, enquanto em países como a União Europeia essa ação é proibida. Se aproximarmos na escala do Pontal do Paranapanema, devido aos grandes monocultivos de cana-de-açúcar a pulverização é constante. Em termos de contaminação humana os principais afetados são camponeses, trabalhadores rurais e a população que vive em torno das áreas de cultivo (BOMBARDI, 2017).

Como nosso objeto de estudo se territorializa no Pontal é importante frisarmos o uso de agrotóxicos na região, uma vez, que a mesma é cercada pela expansão da cultura da cana. Os canaviais são pulverizados por aviões e tratores que acarretam diversos prejuízos na produção dos camponeses e na saúde dos mesmos.

Como a produção de cana exige um alto consumo de agrotóxicos, perigoso à saúde humana os moradores do assentamento sentem-se refém dessa expansão. A impressão que se tem é que os assentamentos estão sendo engolidos pela cana-de-açúcar e o uso de agrotóxicos tem trazido muitos problemas para os assentados [...]. Esse fato tem provocado a contaminação na produção dos assentamentos e consequentemente seus alimentos e também pode prejudicar a saúde do camponês (SANTOS; BARRETO 2015, p. 64).

Neste sentido, os agrotóxicos carregam consigo diversos impactos na sociedade, tais como, sérios riscos de contaminação humana, consequentemente a contaminação do solo e água e a produção dos camponeses.

Desse modo, elucidamos os seguintes momentos da utilização de agrotóxicos no campo: 1) para o cultivo das *commodities*; 2) produção de matéria prima para agrocombustíveis; e 3) a monopolização do capital no campo através de empresas que subordinam o camponês impondo a utilização dos venenos.

A agricultura, diferentemente da indústria, tem subjacente a ela a natureza, o tempo da natureza. Por mais tecnologia mecânica e/ou biotecnologia aplicadas às práticas agrícolas ou de criação, que estabelecem controles maiores e redução do tempo de produção, a produção está sob os desígnios da natureza. Este elemento central que diferencia a agricultura da indústria dá a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no campo que em momentos coexiste com o campesinato, em momentos o expulsa e, em muitos, subordina sua renda (BOMBARDI, 2013, p. 05).

Desse modo, Esteve (2017) ilustra uma série de reflexões sobre o contexto da agricultura na Espanha, porém, conseguimos traçar caminhos que retratem a agricultura brasileira no contexto agroalimentar corroborando com o que apresentamos anteriormente.

Nas palavras da autora a utilização de venenos na agricultura é um dos mecanismos do capital em controlar a comercialização dos alimentos ou mesmo se pensarmos que os produtos na grande maioria das vezes são destinados aos grandes supermercados e varejistas que de certo modo também controlam o alimento, principalmente direcionando o preço que será pago ao produtor e qual será o custo que deverá ser cobrado pelo consumidor. É uma cadeia de controle extremamente perversa:

Trata-se de um oligopólio, em que poucas empresas controlam o setor, que empobrece a atividade rural, que procura homogeneizar o que comemos, que precariza as condições de trabalho, acaba com o comércio local e promove um modelo de consumo insustentável e irracional [...]. O seu objetivo é controlar toda a cadeia alimentar, desde a fonte até a boca, reduzir custos de produção e aumentar o preço final dos alimentos, para obter o máximo benefício econômico (lucro) (ESTEVE, 2017, p. 12-13).

Se aproximarmos com a realidade da produção dos pepinos vemos que quem controla a produção “diretamente” é a empresa capitalista, todavia o produto depois de ser entregue à empresa é destinado aos supermercados e ao ramo do setor de *fast foods*.

No que diz respeito à produção de alimentos o capital se apropria do contexto alimentar e transforma o alimento em que comemos em mercadoria, uma vez que, os alimentos estão cada vez mais padronizados com poucas variedades de culturas. Durante a pré-história os povos se alimentavam com mais de 1.500 espécies de plantas. Nos anos de 150 as sociedades se alimentavam com 3 mil espécies de vegetais de modo que 90% era produzido nos próprios países de origem. Mas principalmente com a implementação da revolução verde essa produção teve uma queda drástica, atualmente

perdemos mais de 30% da nossa diversidade e passamos a consumir mais recursos naturais do que nossa capacidade de produção (ESTEVE, 2017).

Entretanto, movimentos sociais com o MST têm travado lutas contra esse modelo agroalimentar encontrando modelos de r-esistência como, por exemplo, as práticas agroecológicas baseadas no respeito da natureza e do homem sem a utilização de venenos, “a agroecologia surge neste cenário como possibilidade de apontar um novo rumo para a organização do trabalho familiar camponês e para o uso da terra para a produção de alimentos saudáveis” (RABELLO, 2018). O campesinato produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros estimulando um papel fundamental na produção do mercado interno do país²³.

Desse modo, vemos dois modelos de produção no campo: 1) apropriado e reproduzido pelo capital utilizando venenos, padronizando os alimentos cada vez menos saudáveis e diversificados, muitas vezes se apropriando de saberes do camponês e o subordinando a esse modelo destrutivo; e 2) o modelo da agroecologia que nega a subordinação e procura a permanência na terra através da autonomia e emancipação do camponês com a produção de alimentos saudáveis e sem veneno e um trabalho autônomo e coletivo. É necessário acentuar que não é somente do que colocamos que os modelos se difundem no campo, é bem mais do que isso, mas nossa carga teórica trazida neste trabalho permite que coloquemos estas reflexões.

3.2 Riscos à saúde

Um dos desdobramentos da problemática dos venenos está relacionado à saúde das famílias expostas ao uso rotineiro de agrotóxicos. Para se tratar de saúde exige-se certa sensibilidade, pois boa parte dos sujeitos expostos não fazem ideia dos riscos “verifica-se que o uso de agrotóxicos, nas dimensões em que tem se dado, tem gerado um indiscutível impacto a saúde da população como um todo, mas, sobretudo de camponeses e trabalhadores rurais” (BOMBARDI, 2017, p. 53).

As notificações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde demonstram que por ano são contabilizadas mais de 25 mil intoxicações oriundas dos agrotóxicos, porém, existem casos que não são notificados estima-se que para cada caso notificado tenha-se outros 50 que não foram notificados, expressando uma forma de violência

²³ Brasil, 2015.

silenciosa no campo (BOMBARDI, 2013 e 2017). Além disso, a difusão dos agrotóxicos no Brasil nos permite dizer que de alguma forma a população está exposta a eles, seja pelo contato direto ou pelo consumo dos alimentos envenenados.

O conceito de justiça ambiental auxilia a dar visibilidade às diferentes magnitudes desta exposição. Os trabalhadores são certamente os que entram em contato mais direto com estes produtos, e por maior tempo, seja nas empresas do agronegócio, na agricultura familiar e camponesa – onde a cultura da Revolução Verde também penetra e tenta se impor, seja nas fábricas químicas onde são formulados, ou nas comunidades situadas em torno desses empreendimentos agrícolas ou industriais, onde comumente vivem as famílias dos trabalhadores, nas chamadas “zonas de sacrifício”, em áreas rurais ou urbanas. Um terceiro grupo seriam os consumidores de alimentos contaminados, em que está incluída praticamente toda a população (ROSA, PESSOA, ROGOTTO, 2017, p. 221-222).

Considerando dessa forma os danos à saúde, especialmente dos produtores expostos, os fatores e os principais riscos relacionados aos agrotóxicos são classificados por sua periculosidade ambiental como Altamente, Muito, Pouco ou apenas Perigoso. É importante ainda considerar que são classificados segundo os tipos de intoxicação:

Aguda – os sintomas surgem rapidamente, algumas horas após a exposição, por curto período de tempo, a produtos extrema ou altamente tóxicos [...]. Os sinais e sintomas são nítidos e objetivos, como: fraqueza, vômitos, náuseas, convulsões, contrações musculares, dores de cabeça, dificuldade respiratória, sangramento nasal, desmaio. Subaguda – ocorre por exposição moderada ou pequena a produtos altamente tóxicos ou medianamente tóxicos e tem aparecimento mais lento. Os sintomas são subjetivos e vagos, tais como dor de cabeça, fraqueza, mal-estar, dor de estômago e sonolência, entre outros. Crônica – caracteriza-se por surgimento tardio, após meses ou anos, por exposição pequena ou moderada a produtos tóxicos ou a múltiplos produtos, acarretando danos irreversíveis, como paralisias, neoplasias, dermatites de contato, lesões renais e hepáticas, efeito neurotóxicos retardados, alterações cromossômicas, teratogênese, etc. Em muitos casos, podem até ser confundidos com outros distúrbios, ou simplesmente nunca serem relacionados ao agente causador (OPAS, 1996 apud ROSA; PESSOA e RIGOTTO, 2011, p. 225).

As consequências da utilização de agrotóxicos “na maioria das vezes, são condicionadas por fatores como alta toxicidade dos produtos, precariedade dos mecanismos de vigilância, uso inadequado e falta de utilização de equipamentos de proteção coletiva e individual” (AUGUSTO *et. al.*, 2011). É importante reforçar que (BOMBARDI 2017) as intoxicações que estão relacionadas com o cotidiano do trabalho frisam principalmente as famílias camponesas ou até mesmo os trabalhadores rurais que

estão expostos diariamente com os venenos de uso agrícola ou como no caso do Pontal decorrente da pulverização nos monocultivo de cana-de-açúcar.

As principais vias de intoxicação dos agrotóxicos no ser humano são derivadas da respiração, ingestão e absorção térmica (OPAS, 1996). A pesquisa de Rigotto (2017) apresenta uma série de danos à saúde humana causada à exposição destrutiva dos agrotóxicos mais utilizados no cenário brasileiro como ilustra o quadro (02) a seguir:

Quadro 2: Doenças por exposição aos agrotóxicos

Doença	Exemplos de doenças como são popularmente conhecidas	Agrotóxico(s) responsável
Alterações cromossômicas	• Síndrome de Down.	• Inseticidas • Organofosforados • Carbamatos.
Teratogênese	• Deformações no útero • Anomalia congênita	• Fungicidas • Fentalamidas; • Herbicidas fenoxiacéticos.
Infertilidade masculina	• Dificuldade na relação sexual • Diminuição do número de espermatozoides.	• Nematicidas dibromocloropropano.
Carcinogênese	• Câncer de pele • Câncer de esôfago • Câncer no pulmão	• Fungicidas ditiocarbamatos, • Herbicidas dinitrofenóis e pentaclorofenol • Fenoxiacéticos
Neurotoxicidade	• Danos ao tecido do sistema nervoso.	• Organofosforados • Organoclorados
Doenças hepáticas	• Problemas no fígado	• Organoclorados; • Herbicidas dipiridilos.
Doenças respiratórias	• Asma	• Inseticidas • Ditiocarbamatos
Doenças renais	• Problemas nos rins	• Organoclorados.
Doenças dermatológicas	• Problemas na pele • Alergias	• Organofosforados • Carbamatos • Ditiocarbamatos

Fonte: Rosa; Pessoa; Rigotto (2017).

Organização: Martins, 2018.

Vários elementos contribuem para os problemas de saúde daqueles que são expostos aos agrotóxicos: 1) **Nocividade do agrotóxico**: a classificação toxicológica do produto, a ocorrência de exposição e seus efeitos; 2) **As condições de exposição**:

características do processo de trabalho, frequência utilizada (anual, mensal, semanal ou diário) e as formas de aplicação (irrigação, pulverização costal, pulverização aérea); e 3) **A vulnerabilidade da pessoa exposta:** acesso à informação dos riscos, a presença de uma alternativa de trabalho que promova renda, recusa a uma imposição de trabalho²⁴. É necessário considerarmos estes elementos para que possamos avaliar o grau da problemática de quem está exposto ao uso contínuo dos venenos.

Os principais sintomas de uma intoxicação aguda seja ela imediata ou não são: fraqueza, náuseas, vômitos, dores de cabeça, coceira, alergias pouco aparentes, etc., muitas vezes o camponês com esses sintomas não faz ciência que é decorrente do uso de agrotóxicos levando ao grau de uma intoxicação crônica que é muito mais grave desencadeando doenças como: cânceres, lesões renais, asma, alergias respiratórias e até depressão. Há de se lembrar que a intoxicação tem levado milhares de pessoas do campo à morte (BOMBARDI, 2017). Como salientamos pouco mais acima muitos casos de intoxicação ainda não são notificados, muitas vezes pela falta de acesso e informação ou negligência médica.

Como parte desse trabalho se propõe em visibilizar as mulheres camponesas é necessário que também nos preocupemos com a saúde delas. Por muitas condições essas mulheres ainda tem pouco acesso à saúde de modo geral, os atendimentos dos postos de saúde que estão nos assentamentos ainda são muito precários e a ida para tratamento até à cidade possui muitas dificuldades, como discutimos em capítulo anterior, os serviços para as mulheres no posto no Assentamento São Paulo é inexistente, embora a associação já tenha conseguido equipamentos e sala para ginecologista é um avanço! Mas ainda existe uma nova luta para que realmente sejam vigoradas as melhorias.

A aplicação dos agrotóxicos na produção de pepinos é de responsabilidade do homem por ser considerada uma tarefa “difícil” e “perigosa”, mas se pararmos para refletir quem lava as roupas embebidas de agrotóxicos é a mulher, pois, sua responsabilidade é de realizar o trabalho doméstico. Se caso ela desenvolva alguma doença relacionada aos venenos isso não será notificado e mais uma vez ela é invisibilizada.

Além dos danos à saúde os agrotóxicos também reverberam impactos ao meio ambiente “o impacto sobre o ambiente resulta na degradação lenta dos recursos

²⁴ ROSA, PESSOA, RIGOTTO, 2017.

naturais, em alguns casos, irrecuperáveis” (RUEGG, 1991, p. 85). Segundo estes autores os principais danos estão na contaminação das águas e solo, morte de animais, de insetos (principalmente pela pulverização aérea) e também aos resíduos de alimentos.

Podemos tecer algumas considerações sobre as questões dos agravos à saúde, o efeito do agrotóxico é altamente destrutivo afetando diretamente a vida das famílias expostas e indiretamente daqueles que consomem os alimentos com venenos. Ao que diz respeito sobre os afetados diretamente o que mais nos preocupa são os casos que não são notificados demonstrando de modo geral a perversidade da violência silenciosa²⁵.

3.3 Uso de agrotóxicos e os riscos à saúde na produção de pepinos

O uso de agrotóxicos na produção de pepinos segue a imposição do pacote tecnológico imposto pela empresa. Os resultados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – (2013) mostram que o pepino ocupa o segundo lugar no *ranking* de culturas contaminadas pelo uso de agrotóxicos. Os dados apresentados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) (2013-2015²⁶) demonstram que para a produção de pepinos utilizam-se 38 tipos de agrotóxicos sendo que dentre eles, 21 (55%) não eram autorizados para a cultura.

A inclusão de pepino tipo conserva no PARA deve ser incentivada devido à importância deste produto para o agronegócio e por suas características de produção, uma vez que realizam pulverizações sistemáticas de agrotóxicos e colheitas diárias, dificultando a observância dos intervalos de segurança para os produtos pulverizados (VIEIRA NETO J, GONÇALVES PAS, 2015, p. 127).

O PARA (2013-2015) acusa que as culturas que possuem mais de 40% dos agrotóxicos não autorizados carecem de monitoramento do Estado e das empresas que são registradas, se direcionarmos nosso olhar para os danos do pepino ele apresenta 55% destes dados e isso é preocupante, nossos camponeses estão expostos a estes venenos.

O uso de agrotóxicos na produção dos pepinos na região do Pontal do Paranapanema segue os padrões estabelecidos e impostos pela empresa no qual julga necessário. Os venenos indicados pelo técnico devem ser aplicados pela irrigação e

²⁵ BOMBARDI, 2011, 2013.

²⁶ São os dados mais atuais disponibilizados.

pulverização (uso do costal), o pulverizador costal é o equipamento que apresenta maior risco a exposição dos agrotóxicos (RIGOTTO, 2017).

A compra dos agrotóxicos necessários é a cargo do camponês, à empresa adianta os venenos e o produtor vai pagando com a entrega dos pepinos. Uma das estratégias de subordinação se encontra nesta tática da empresa, o endividamento como já colocamos leva os camponeses a produziram mais safras para liquidar a dívida. Os gastos com venenos oscilam entre 3 a 4 mil reais.

A pulverização de agrotóxicos para produção de pepinos acontece antes da produção e são aplicados todos os dias até o final da colheita. O camponês está exposto aos venenos nos 90 dias de cultivo, segundo Benini (2018) para uma roça de 5.000 pés de pepinos utiliza-se até 9.000 litros de agrotóxicos divididos em todos os estágios, atualmente temos no Pontal famílias que produzem pouco mais de 10.000 mil pés de pepinos por safra, uma realidade preocupante. Além dos venenos, a empresa impõe o uso de hormônios, fertilizantes e adubos para completar o pacote destrutivo.

O quadro (02) representado por dados de Benini (2018) ilustra todos os agrotóxicos utilizados nos 90 dias de safra:

Quadro 3: Agrotóxicos utilizados durante os 90 dias de safra

Inseticida/Acaricidas	Inseticidas	Fungicida/acaricida	Fungicidas	Desinfetante/adubo foliar
ABAMEX	Regente 800	ABAMEX	Cercobin 700 WP	Ácido P170
Lannate	Evidencia WG		DACONIL 500 BR	Bossten (adubo foliar)
Evidencia WG	DECIS Ultra 100 EC		Manzate 800 EM	Reforce (adubo foliar)
AGREE	Dipell WP		RECOP	Yoguim (adubo foliar)
			DACONIL 500 BR	Cal Super (adubo líquido)
			Manzate 800 EM	SETT (adubo foliar)
			Cercobin 700 WP	Calsuper. (adubo líquido)
			COMET	Nitroll (nitrogênio líquido)
				SETT (adubo

				líquido)
--	--	--	--	----------

Fonte: Benini, 2018.

Organização: Martins, 2018.

Se observarmos os quadros 02 e 03 muitos dos agrotóxicos estão na margem de risco para um agravamento da saúde com a manifestação de doenças crônicas. Como colocamos mais acima os venenos são utilizados em grandes quantidades em todos os estágios de trabalho na produção de pepinos. Para apresentar estes dados organizamos um calendário (quadro 04) que ilustra a exposição das famílias:

A suspensão da pulverização aos 80 dias de safra não inibe os riscos, pois o contato existe com o preparo dos venenos para a irrigação.

A visita técnica acontece semanalmente, a cada visita sempre é deixado um receituário (anotado pelos camponeses) para como se deve preparar e aplicar os agrotóxicos, além de, a observação do técnico sob a produção como forma de controlar possíveis infestações de pragas e doenças (BENINI, 2018).

Reconhecemos que essa rotina de aplicação e utilização dos agrotóxicos nos pepinos aponta uma violência silenciosa para aqueles que estão envolvidos no processo de trabalho. Consideramos que o uso do Equipamento de Proteção Individual²⁷ (EPI) também mereça atenção por nem sempre serem utilizados. A não utilização dos EPI's acontece pelas seguintes vias: 1) não orientação do técnico; 2) falta de acesso à informação dos camponeses para os riscos de não utilizar o equipamento, e 3) muitas vezes eles tem a consciência dos riscos, entretanto, pelo desconforto que os equipamentos causam e o tempo que leva para se preparar ele vão contra essa orientação.

Embora exista a obrigatoriedade do uso do EPI, Benini (2018) faz uma importante reflexão ao lembrar que o equipamento não previne intoxicações e a contaminação humana, ele serve apenas para amenizar o contato do veneno com o aplicador. Às vezes, pela não obtenção dos equipamentos apropriados os mesmos são improvisados.

Ao que diz respeito à saúde dos camponeses expostos, as reações mais comuns diante da exposição aos agrotóxicos são: náuseas, coiceiras nos braços e pernas

²⁷ EPI significa Equipamento de Proteção Individual e é definido pela Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como sendo: “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho” Esses são responsáveis pela proteção e integridade do indivíduo com o intuito também de minimizar os riscos ambientais do ambiente de trabalho e promover a saúde, bem estar e evitar os acidentes e doenças ocupacionais. Fonte: INBEP.

e a falta de apetite. A maioria dos camponeses não relacionam estes sintomas à utilização dos venenos e isso materializa as afirmações que colocamos mais acima, uma das formas da subordinação se amarra a essa violência silenciosa, ou seja, muitos camponeses não procuram assistência médica com a manifestação desses sintomas e muitos não relacionam os sintomas aos agrotóxicos. Benini (2018) investigou que atualmente 6 pessoas foram intoxicadas pelo trabalho na produção de pepinos, dentre elas, 3 tiveram gravidade aguda, 1 sub-aguda e 2 crônicas.

Diante do que foi posto, identificamos que o camponês integrado a este pacote tecnológico que impõem o uso exacerbado de agrotóxicos, em uma rotina de 90 dias, coloca em risco à saúde das famílias comprovando a afirmação de integração destrutiva. Os camponeses não recebem um preparo para o início da utilização desses venenos, muitos deles nunca viram grande parte dos agrotóxicos e não sabem os riscos de saúde por trás.

3.4 Uso de agrotóxicos e saúde na rotina da família

Iremos nos dedicar em demonstrar como o uso dos agrotóxicos aparece na rotina de trabalho e como tem colocado em risco à saúde diretamente de quem aplica e indiretamente do restante da família. Com os relatos apresentaremos outros problemas de saúde que foram pontuados devido ao trabalho degradante. Os agrotóxicos no lote aparecem em dois momentos: 1) para a produção de pepinos; e 2) pela pulverização aérea da usina.

Como já foi destacado o contato direto com os venenos é responsabilidade masculina, por ser considerada uma atividade de risco, o mesmo prepara e aplica os agrotóxicos, porém iremos ver a seguir que a mulher em alguns períodos da safra “ajuda” na aplicação, principalmente em momentos mais intensos. É ela também quem lava a roupa embebida de venenos é a mulher, consequentemente a roupa contamina as outras pelo contato na lavagem o que acaba afetando os outros membros indiretamente.

O manuseio dos agrotóxicos ocorre durante os 90 dias de safra, sendo que em 80 dias se suspende a pulverização (BENINI, 2018) mantendo somente a irrigação (segue de forma homogênea a aplicação em todos os assentamentos). A família utiliza todos os venenos receitados pela empresa pelo receio de que se a safra “der errada” não seja por culpa deles.

Quadro 4: Calendário de aplicação dos agrotóxicos durante os 90 dias de safra do pepino

Calendário de aplicação de agrotóxicos para 90 dias de safra de pepinos						
DIA/ATIVIDADE	DIA/ATIVIDADE	DIA/ATIVIDADE	DIA/ATIVIDADE	DIA/ATIVIDADE	DIA/ATIVIDADE	DIA/ATIVIDADE
<i>24 HORAS ANTES</i>	<i>03</i>	<i>05</i>	<i>06</i>	<i>07</i>	<i>10</i>	<i>13</i>
Irrigação	Pulverização	Irrigação	Pulverização	Irrigação	Pulverização Irrigação	Pulverização
<i>16</i>	<i>17</i>	<i>21</i>	<i>25</i>	<i>29</i>	<i>33</i>	<i>37</i>
Irrigação	Pulverização	Pulverização	Pulverização	Pulverização	Pulverização	Pulverização Irrigação
<i>41</i>	<i>45</i>	<i>49</i>	<i>53</i>	<i>57</i>	<i>60</i>	<i>63</i>
Pulverização	Pulverização	Pulverização	Pulverização	Pulverização	Pulverização	Pulverização
<i>67</i>	<i>71</i>	<i>75</i>	<i>79</i>	<i>81</i>	<i>85</i>	<i>89</i>
Pulverização	Pulverização Irrigação	Pulverização	Irrigação	Irrigação	Irrigação	Irrigação

Fonte: Benini, 2018.

Organização: Martins, 2018.

Figura 9: Alguns dos agrotóxicos e equipamentos que são utilizados para a produção de pepinos



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

As primeiras safras a família não conhecia grande parte dos venenos recomendados para o uso e alegaram não receber nenhum preparo para a aplicação deles, segundo o aplicador: *“foram impostos para a gente ... nas primeiras safras foi difícil, o cheiro era um pouco forte, sentia dor de cabeça, mas acho que era por conta do sol quente, mas agora já acostumei”* (Entrevistado Paulo, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo). O EPI não é utilizado durante as aplicações por ser considerado como perda de tempo de trabalho, embora soubessem dos riscos à saúde. Há de se pensar que as aplicações são diárias, ou seja, durante 90 dias ele tem contato com o veneno sem nenhuma proteção, embora saibamos que o EPI não protege uma contaminação humana. O pai do aplicador nos acompanhava durante a entrevista e fez um questionamento muito interessante ao dizer:

“Tem que usar o EPI completo, calça de plástico, sapato, luva, a máscara para trabalhar protegido, porque o veneno, às vezes, na hora você não sente nada ... o parecer da química do veneno é depois de vinte, trinta anos, aí vem o câncer, estraga a vista, tem um problema no pulmão, na pele ... entendeu? Não pode tá de qualquer roupa, de chinela, porque o veneno vai pegar na pele, o veneno ele

vai pro sangue (Entrevistado Tomás, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).”

A família tem consciência aos riscos destrutivos do veneno. A mulher também relaciona algumas manifestações de possíveis doenças agudas recorrente da exposição aos agrotóxicos:

“Quando ele tá aplicando eu não gosto de ficar perto, só fica perto quando tá colhendo, aí não tem jeito, mas fora isso não. Não gosto de ficar perto, por exemplo, quando tem que enrolar, a gente enrola de manhã e a tardezinha ele passa o veneno e a gente não precisa ficar tão perto né? Mas quando ele tem que passar veneno e fica escuro. Aí faz de tudo para ir contra o vento né? Para não vir na gente, eu ponhava o boné certinho e ia. Mas, o último eu senti quando eu limpo a casa e uso produto de limpeza, se eu usar aquele bom ar ou algum que espreme, aí eu sinto que começa me da muita tosse, apreço que sufoca, eu acho que é por causa do veneno, eu não tinha isso, no último agora eu senti (Entrevistado Cida, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).”

O relato da mulher nos faz refletir ao que discutimos sobre a invisibilidade da mulher, a aplicação do veneno é considerada de risco e por esse motivo é de responsabilidade masculino, de todo modo ela “ajuda” nos períodos mais intensos e isso não é considerado.

A lavagem da roupa é feita a cada dez dias por conta da excessiva jornada de trabalho, a roupa utilizada no momento da aplicação é mudada a cada dois dias e separada das restantes da família. Como já pontuamos quem faz a lavagem é a mulher que deixa as roupas envenenadas de molho por um tempo para depois misturar com as outras para terminar de lavar. São questões pequenas, mas se levarmos para uma reflexão há um risco escondido nesse processo levando a afirmação da necessidade de um estudo mais pontual sobre a dinâmica destrutiva da produção de pepinos.

As embalagens dos venenos são queimadas, *“a embalagem é coisa séria a gente não pode deixar vagando em qualquer lugar não, por isso a gente queima, o certo é devolver para a firma, mas eles não recebem, aí a gente deixou um lugar ali para queimar tudo”* (Entrevistado Paulo, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo). Percebemos que muitas vezes durante as entrevistas a família é ciente dos riscos.

O lote faz divisa com o monocultivo de cana-de-açúcar expondo o lote diretamente à pulverização área. Esse fato os preocupa mais que o próprio veneno dos pepinos, acreditamos que seja pelas reações imediatas. Observe o relato a seguir:

*“Esses dias mesmo eles passaram, bem baixinho. Na primeira roça que nós plantou de pepino, meu marido teve que falar, porque o menino já estava vindo com o avião, com o coiso de passar veneno bem aqui pertinho. Ai ele disse, você vai passar bem agora que minha roça tá ali, aí ele foi até ali, desviou e foi por lá. Nós já sentimos mal por causa da pulverização, ela é muito forte né? Afetou tudo nossas laranjas, nem cresceu, **o veneno para madurar a cana é para acabar com tudo as coisas** (Entrevistado Cida, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo).”*

Além, do uso de venenos e as implicações na saúde tivemos a preocupação em observar manifestações de problemas por conta da degradante rotina de trabalho:

“Eu sinto dor nas costas, mas eu sinto muita dor mesmo é nas pernas, ai sai oh, eu não tinha esses negocinhos (aponta para as pernas)²⁸ um monte de varizinhas (varizes) eu não tinha isso, é de tanto ficar em pé. É que a gente fica em pé o dia inteiro aí começou sair as veinhas (veias). Essa dores só apareço durante o período do pepino (Entrevistado Cida, camponês assentado, entrevista concedida em 29 de setembro de 2018, Assentamento São Paulo)”

O jovem e o homem afirmaram sentir muito cansaço físico e dores de cabeça, a mulher foi quem mais teve manifestações de problemas devido ao trabalho degradante.

Nossas considerações tecem em demonstrar o uso de agrotóxicos na escala do lote, acompanhadas de reflexões minuciosas sobre os sujeitos afetados pela intoxicação e contaminação por agrotóxicos. Com os relatos é visível o problema dos venenos no interior do lote e como eles afetam diretamente a rotina e o trabalho da família os expondo a inúmeros riscos de saúde, além de que nos preocupamos em visibilizar os casos indiretamente afetados que estavam escondidos pela subordinação e dominação patriarcal. Somente a ponta do *iceberg* preocupa, nossa ideia foi mostrar o que há por completo nos riscos da exposição aos agrotóxicos.

²⁸ Ela optou por não tirarmos fotos.

Considerações finais

Em síntese, foram construídos nos capítulos considerações fundamentais que permitem a afirmação da subordinação do trabalho do camponês pela empresa *Refricon*. As famílias produtoras de pepinos estão expostas a um trabalho extenuante e envenenado por meio da integração, embora o camponês possua os meios de produção (a terra), a força de trabalho (trabalho entre os membros da família), o tempo, o trabalho e as técnicas de produção estão sendo controladas pela empresa, ou seja, ele não tem mais a autonomia de sua produção.

Os relógios que construímos permitiram a ilustração de nossos objetivos como forma de afirmar a intensificação do trabalho e a reflexão sobre a mulher na produção possibilitando a visibilidade do papel que elas desempenham. É importante destacar que hoje elas são muito mais autônomas e estão à frente de muitas organizações e decisões, porém, se pararmos para pensar há muitos saltos ainda para serem dados e eles não dependem somente delas, o movimento feminista, por exemplo, tem travado lutas para libertação e empoderamento das mulheres evidenciando as formas de opressão pelo sistema patriarcal e capitalista.

O uso dos venenos foi uma problemática encontrada na investigação das estratégias de subordinação da empresa. Os venenos utilizados são considerados pelos produtores caros e muito fortes, além desses problemas identificamos que o camponês integrado ao pacote tecnológico está exposto ao uso exacerbado de agrotóxicos, em uma rotina de 90 dias, coloca em risco à saúde das famílias comprovando a afirmação de integração destrutiva.

Sobre os agravos à saúde, o efeito do agrotóxico é altamente destrutivo afetando diretamente a vida das famílias expostas e indiretamente daqueles que consomem os alimentos com venenos. Ao que diz respeito sobre os afetados diretamente o que mais nos preocupa são os casos que não são notificados demonstrando de modo geral a perversidade da violência silenciosa.

A minuciosidade da pesquisa descobre parte do *iceberg* visibilizando os casos invisíveis. As mulheres e a família correm riscos de intoxicação indiretamente, bem como o homem está exposto diretamente a manifestação de doenças crônicas e agudas por conta do uso rotineiro de venenos.

A integração aos pepinos é consequência do desmonte das políticas públicas. O cenário que atualmente os camponeses produtores são de encontrar

alternativas para permanecerem na terra, mesmo que elas sejam de forma destrutiva. É necessário esclarecer que as famílias de nenhum modo optariam por esse modelo de produção (colocamos anteriormente) caso ainda houvesse efervescência do PAA, bem como já pontuamos a renda que garantia a permanência da família na terra com o programa era bem mais significativo e nem um pouco degradante.

Concluimos a produção de pepinos, integrado ao capital, tem como marcas fundantes o processo de subordinação do trabalho das famílias camponesas. Quando uma família se entrega aos fetiches do capital, o faz com a prerrogativa de melhores condições de trabalho (oferta de assistência técnica e recursos materiais) e rápido retorno financeiro como garantia de renda, mas que, na verdade o que se materializa no cotidiano são os riscos iminentes para a saúde das famílias, e reafirmação da divisão sexual do trabalho e na designação de papéis específicos para mulheres e homens.

É importante esclarecer que o sentido deste trabalho é a denúncia das estratégias de subordinação empenhadas pela empresa *Refricon Marcantil*. Entendemos que o campesinato no Brasil tem sido considerado pelo Estado como uma classe às margens da sociedade, uma vez que, este não tem se dedicado na formulação e planejamento de políticas públicas efetivas que criem possibilidades concretas de reprodução socioterritorial destes sujeitos, não lhes estando alternativas de sobrevivência senão pela via da subordinação.

Percebemos que uma das facetas de subordinação da empresa é usar da moral do camponês para empregar seu pacote de exploração, além de que, a empresa não precisa estar diretamente produzindo no campo, ela encontra formas de se apropriar e subordinar a produção camponesa para ampliar a sua acumulação de capital (BOMBARDI, 2011).

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa, ou seja, o camponês se vê obrigado a realizar atividades submetendo-se ao tempo e a rotina de trabalho imposto pela empresa. Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e as etapas estão atrelados às dinâmicas da natureza. Já na agricultura da indústria está comprometida com o desenvolvimento do capitalismo no campo buscando imprimir um ritmo acelerado na produção, intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Logo, percebem-se duas dinâmicas distintas e antagônicas e que estão em disputa (BOMBARDI, 2011).

De modo geral, constatamos que as formas de alterações de trabalho são recorrentes na história e estamos diante da produção destrutiva do capital (THOMAZ JUNIOR, 2010). Em nosso recorte de estudo vemos que as famílias produtores de pepinos se veem sem autonomia do cultivo e são controladas ao tempo imposto pela empresa sujeitas principalmente pela ação dos venenos. Em nossas entrevistas encontramos vários relatos no qual o trabalho com os pepinos exige muito tempo, desde o preparo da estrutura até a colheita.

Em tese, alcançamos as seguintes conclusões da subordinação na escala do Pontal do Paranapanema: 1) as famílias produtoras de pepinos estão expostas a um trabalho extenuante e envenenado por meio da integração destrutiva; 2) o camponês que começa as atividades de produção dos pepinos possui o meio de produção (a terra), possui a força de trabalho (trabalho entre os membros) mas, o tempo, o trabalho e as técnicas de produção estão sendo controladas pela empresa, ou seja, ele não tem mais a autonomia de sua produção e; 3) a impossibilidade dos acesso a políticas públicas fez com que as famílias camponesas, como no caso a que acompanhamos, buscassem alternativas da permanência na terra.

Referências bibliográficas

- ABRASCO, Dossiê. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ª edição. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 28 outubro 2018.
- ALVES, G. **Trabalho e Cinema: O mundo do trabalho através do cinema**. 1 ed. Bauru/ SP: Canal Editora, 2014.
- ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos: relatório anual 04/06/2001-30/06/2002**. Brasília, 2002.
- AUGUSTO, L. G. S. et al. O contexto de vulnerabilidade e de nocividade do uso de agrotóxicos para o meio ambiente e a importância para a saúde humana. In: RIGOTTO, R. M. et al. (Org.). **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: Vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC Edições, 2011. p. 257-272.
- BARTRA, A. V. Os novos camponeses: Leituras a partir do México profundo. In: **A exploração do trabalho camponês pelo capital**. São Paulo: Cultura Acadêmica. Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento, 2011, p.11-64.
- BENINI, L.O; FELICIANO, C. A. **Entre O Campo e a Cidade: Reflexões Sobre o Espaço Da Juventude Camponesa**. Revista Pegada – vol. 17 n.2, p. 208-225, dez.2016
- BENINI, L.O. **Subordinação e resistência camponesa na disputa Territorial no Pontal do Paranapanema: O caso dos “integrados ao veneno” na produção de pepinos para conserva**. Relatório de Qualificação – Departamento de Pós – Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2018, 285p. *Mimeo*.
- BOMBARDI, L M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012.
- _____. **Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos**. Direitos humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2013
- _____. A Subordinação da Renda da Terra Camponesa ao Capital. In: BOMBARDI, L M. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. 1ª edição. ed. São Paulo: Annablume, 2004. cap. IV, p. 249-280. v. 1.
- _____. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 - 21.

_____. **Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil**. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

BONI, V.; B, C. J. **Agricultura Familiar e Campesinato: Qual desenvolvimento rural?** In: Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. 2013, Santiago de Chile. Universidade de Santiago de Chile. p. 1-20

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revistas de Estudos Feministas. Florianópolis, 2004.

Decreto 4074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n.7802, de 11 de julho de 1989. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm. Acesso em 14 de outubro de 2017.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017, 269 p.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

GARCIA, E. G. **Segurança e saúde no trabalho rural: a questão dos agrotóxicos**. 1. Edição. São Paulo: Ed. Fundacentro, 2001.

HECK, F. M. **No abate de frangos e suínos: o descarte do trabalho**. 1 ed. Curitiba: Prismas, 2017.

ITESP, **Fundação Instituto de Terras**. Disponível em: <<http://201.55.33.20/Default.php>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

IKUTA, F. K. **Agroecologia e fomicultura na comunidade Rural Arroio Grande (Irati-PR): Repertórios de ação e resistências camponesas**. In: Revista Pegada – vol. 19 n.2. Maio – agosto de 2018, p. 139-161.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema - SP no contexto dos conflitos**. 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), *Procesos territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARTINS, M.A; CANTARUTTI, D.C; SOARES, G.O.S. **A relação da subordinação do trabalho e da renda dos assentados encontradas nas dinâmicas de produção de pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema-SP**. In: XVIII Jornada do Trabalho, 2017. Goiânia. *Anais*. 2017.

MARTINS, C. N. **Pepino: produção triplicada**. Revista Cultivar Hortaliças e Frutas, Pelotas, n. 24, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultura. 1985.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (1984). **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC

THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A; FRANÇA JUNIOR, L B (Org.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. 1ª edição. ed. Presidente Prudente: Entelha, 2010. p. 176-216. v. 5

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, fev/2018.

ROSA, I. F.; PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R. M. Introdução: Agrotóxicos, Saúde Humana e os Caminhos do Estudo Epidemiológico. In: RIGOTTO, R. M *et. Al* (Org.). **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: Vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC Edições, 2011. P. 217-256.

REIS, A.T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistências em Assentamentos dos estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2015. 167p. Tese(Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, B. L; BARRETO, M. J. **Os impactos dos agrotóxicos nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema: o caso do Assentamento Canaã**. In: Feliciano, C. A (org). **Vivências e experiências: olhares de educadores do campo sobre o campo**. Presidente Prudente: Centelha [s.n], 2015.

SOUSA, R. A. D.; CONCEIÇÃO, A. L. **O camponês e o trabalho: Analisando a importância do excedente social**. In: Revista Pegada – vol. 11 n.1 Junho de 2010, p. 64-76.

RUEGG, E. F. et al. **O Impacto dos agrotóxicos :sobre o ambiente, a saúde e a sociedade**. São Paulo: Ícone, 1991. 94 p.

REFATI *et.al*. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Abril de 2017, p. 83 - 107.

Refricon Vegetable Foods. Disponível em: <http://www.refriconalimentos.com.br/>. Acesso em: 14 de outubro 2017.

SCHNEIDER, S. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil**. Revista de Política Agrícola. 2007. 16 (3), p. 15-34.

SCHWENDLER, S. F. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Dilemas e Conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO Maria Ignez (orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo, UNESP, 2009.

SCOTT, J. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

Anexo: roteiros de entrevista elaborado para aplicação de entrevistas semiestruturada durante a pesquisa de campo. Os entrevistados Paulo, Cida e Tomás são respectivamente o homem, a mulher e o pai. Optamos por não identificar os nomes e criar nomes fictícios.

Roteiro de Entrevista com a família

Quanto tempo à família mora no assentamento?

Quem é o titular do lote?

A família ficou acampada? Quanto tempo? Quais experiências/informações adquiriram no acampamento, sejam elas, de organização, participação de assembleias e associações, modo de trabalho e de produção?

Sobre o lote: qual o tamanho? Quais atividades produzem/ziram no lote?

Sobre a rotina de trabalho: Como é a rotina de trabalho da família/individualmente sem o pepino? (Construir o relógio).

Como é a rotina de trabalho da família/individualmente com o pepino? (Construir o relógio)

Como a família se organiza para o trabalho coletivo sem o pepino?

Como a família se organiza para o trabalho na produção de pepinos?

A família percebe diferença?

Sobre o uso de venenos: Como é o uso de venenos na produção?

Quem aplica/prepara os venenos?

Os venenos são muito fortes?

A família utiliza venenos em outras atividades do lote?

Qual a avaliação da família sobre a produção de pepinos?

Qual o motivo da família integrar-se na produção de pepinos?

Roteiro de Entrevista com as mulheres da Associação

Há quanto tempo começaram a se organizar?

Quando formalizaram a Associação?

Quantas mulheres participam e quais as idades?

Quais foram as conquistas da Associação até o momento?

Quais são as perspectivas do trabalho com a Associação para o futuro?